

MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

RELATÓRIO SEMESTRAL

À DATA DE 30 DE JUNHO DE 2016



ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO.....	3
II – ÂMBITO.....	3
III – TRABALHOS EFETUADOS	3
A - Análise Orçamental	5
1. Orçamento	5
a) Orçamento inicial	5
b) Receita.....	6
c) Despesa.....	7
d) Fundos disponíveis.....	8
e) Compromissos do exercício e compromissos futuros	9
f) Equilíbrio orçamental	10
2. Plano Plurianual de Investimento	11
3. Ações mais relevantes.....	11
B - Análise Patrimonial.....	12
1. Balanço	12
a) Ativo.....	12
b) Fundo Patrimonial.....	13
c) Passivo	13
2. Demonstração dos Resultados por Naturezas	14
C – Análise das principais contas.....	15
1. Classe 4 – Imobilizado.....	15
a) Ativo imobilizado bruto.....	16
b) Investimentos financeiros	16
c) Obras em curso	16
d) Amortizações acumuladas e do exercício	17
2. Classe 3 – Existências.....	18
3. Classe 2 - Contas a Receber.....	19
4. Classe 1 - Disponibilidades.....	20
5. Conta 27 – Acréscimos e diferimentos - Ativos	21
6. Classe 5 – Fundo patrimonial	21
7. Classe 2 - Contas a Pagar	22
8. Conta 29 – Provisões.....	24
9. Conta 27 – Acréscimos e diferimentos - Passivos.....	25
10. Custos e Perdas	27
a) Conta 61 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27
b) Conta 62 - Fornecimentos e serviços externos	27
c) Conta 63 – Transferências e subsídios correntes	28
d) Conta 64 – Custos com o pessoal.....	28
e) Conta 65 – Outros custos operacionais.....	29
f) Conta 68 – Custos e perdas financeiras.....	29
g) Conta 69 – Custos e perdas extraordinárias	30
11. Proveitos e Ganhos	30
a) Conta 71 – Vendas e prestações de serviços	30
b) Conta 72 – Impostos e taxas	31
c) Conta 74 – Transferências e subsídios obtidos.....	31
d) Conta 79 – Proveitos e ganhos extraordinários.....	32





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

IV – CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	32
V – SITUAÇÃO - ECONÓMICO - FINANCEIRA.....	33
a) Indicadores de Gestão.....	33
b) Endividamento.....	33
c) Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso.....	35
VI – CONCLUSÕES.....	36
VII – FACTOS RELEVANTES E OU OCORRIDOS APÓS O TERMO DE 30/06/2016.....	38
VIII - AGRADECIMENTOS.....	40

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

RELATÓRIO SEMESTRAL

1º SEMESTRE DE 2016

I – INTRODUÇÃO

Em conformidade com o previsto na alínea d), do nº2, do artigo 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, cumpre-nos apresentar o nosso relatório sobre a situação económica e financeira do Município de Vendas Novas, à data de 30 de junho de 2016.

II – ÂMBITO

Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro aplicáveis.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Em consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data o respetivo relatório semestral.

III – TRABALHOS EFETUADOS

Os trabalhos desenvolvidos assentaram em metodologia específica inerente aos trabalhos de auditoria, tendo a mesma sido planeada com definição da estratégia de auditoria, de procedimentos e verificações englobando:

- ✓ Aspetos de natureza legislativa ocorridas, com especial relevo para a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
- ✓ Recolha e análise de informação, suportada num conjunto de mapas, devidamente construídos para efeitos de análise;
- ✓ Utilização de *check list* de verificação da coerência entre os vários documentos que integram a informação contabilística;
- ✓ Realização de entrevistas com dirigentes e outros trabalhadores da entidade, com base em questionários destinados a validar os aspetos mais relevantes do sistema de controlo interno;

- ✓ Apreciação do apuramento dos fundos disponíveis e pagamentos em atraso;
- ✓ Execução de procedimentos de reconciliação com entidades terceiras;
- ✓ Efetivação de testes de conformidade e substantivos;
- ✓ Leitura das atas das reuniões de Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

O presente relatório encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da execução orçamental e da já referida situação económica e financeira do Município.

As quantias das demonstrações financeiras, bem como a informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos, que foram objeto de recolha decorrente do nosso trabalho, nomeadamente balancetes, extratos de conta, mapas de gestão e mapas de execução orçamental.

Todos os valores apresentados no relatório encontram-se expressos em euros, com comparabilidade das rubricas do balanço, entre o 1º semestre de 2016, face ao ano de 2015, enquanto a comparabilidade da demonstração dos resultados se reporta ao 1º semestre de 2016 e período homólogo do ano anterior.

O Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, dispõe na alínea c), do nº 2, do artigo 25º que compete à Assembleia Municipal:

Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao presidente da assembleia municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão.

Aquele normativo conjugado com o nº 4, do artigo 35º, do anexo da mesma Lei, prevê ainda que o Presidente da Câmara Municipal deve apresentar na referida informação escrita os factos seguintes:

Da informação prevista na alínea c) do nº 2 do artigo 25.º devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Nestes termos tem vindo a ser apresentada informação financeira adequada, nomeadamente quanto ao acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro.

A - Análise Orçamental

A contabilidade orçamental visa fundamentalmente o registo e o controlo da execução do orçamento, quer no que se refere às operações relativas à execução orçamental, quer à execução de direitos e obrigações de exercícios anteriores, quer quanto a compromissos assumidos cuja despesa e pagamento devam ocorrer em exercícios futuros.

Nas contas de controlo orçamental, são registadas as operações contabilísticas correspondentes à execução do orçamento até ao momento em que são criados os débitos ou créditos relativamente a terceiros, articulando-se com a contabilidade patrimonial através da conta #25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, da classe 2 – Terceiros, do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL).

Relativamente ao ano de 2016, solicitaram-se os mapas relativos ao orçamento inicial e suas modificações, bem como os mapas de execução à data de 30 de junho, das Grandes Opções do Plano, do Plano Plurianual de Investimento e das Ações Mais Relevantes.

Foram ainda requeridos para a data do relatório (30 de junho de 2016), os mapas de execução orçamental da receita e da despesa, de modo a verificar a sua correspondência com as rubricas patrimoniais.

Todos os mapas de execução acima referidos deverão permitir o controlo da execução orçamental, sendo que os mesmos são produzidos informaticamente pelo sistema através do apuramento de lançamentos contabilísticos efetuados no decorrer do exercício e para o período em análise.

1. Orçamento

a) Orçamento inicial

O orçamento inicial de 2016 assume o montante de 8.901.422 €. Face ao ano transato, o mesmo oscilou positivamente em cerca de 260 mil euros. Todavia face a 2012, o orçamento inicial teve uma redução de 6,4 milhões de euros.

PREVISIONAL INICIAL									
RECEITAS	2012	2013	2014	2015	2016	VARIAÇÃO 2016/2015	VARIAÇÃO 2016/2014	VARIAÇÃO 2016/2013	VARIAÇÃO 2016/2012
Correntes	9 764 683	9 024 984	8 267 018	7 981 936	8 098 462	116 526	-168 556	-926 522	-1 666 221
Capital	5 570 150	3 928 879	1 845 783	659 863	802 960	143 097	-1 042 823	-3 125 919	-4 767 190
TOTAL	15 334 833	12 953 863	10 112 801	8 641 799	8 901 422	259 623	-1 211 379	-4 052 441	-6 433 411

PREVISIONAL INICIAL									
DESPESAS	2012	2013	2014	2015	2016	VARIAÇÃO 2016/2015	VARIAÇÃO 2016/2014	VARIAÇÃO 2016/2013	VARIAÇÃO 2016/2012
Correntes	9 764 183	9 023 984	7 433 686	6 851 204	6 837 326	-13 878	-596 360	-2 186 658	-2 926 857
Capital	5 570 650	3 929 879	2 679 115	1 790 595	2 064 096	273 501	-615 019	-1 865 783	-3 506 554
TOTAL	15 334 833	12 953 863	10 112 801	8 641 799	8 901 422	259 623	-1 211 379	-4 052 441	-6 433 411

Já quanto ao orçamento corrigido à data de reporte deste relatório (30/06/2016), face ao orçamento inicial de 2016, verifica-se um aumento de 2,4 milhões de euros decorrentes na sua substância, da introdução do saldo orçamental da gerência de 2015, bem como da necessidade de dar cobertura a um passivo financeiro necessário para a substituição de um empréstimo, cuja taxa de juro se encontrava muito elevada face à atualidade das taxas do mercado na atualidade.

PREVISIONAL		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO
INICIAL	CORRIGIDO	
1º SEM 2016		
8 901 422	11 206 363	

2 304 941

b) Receita

Em termos orçamentais podemos verificar que nas receitas, o grau de execução é de 58,22%, com a receita corrente a apresentar um grau de execução de 47,09% face ao previsional corrigido e a receita de capital 85,19% face ao previsional corrigido e de 100% nas outras receitas.

RECEITAS	2012	2013	2014	2015	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL CORRIGIDO	1º SEM 2016
					2016	1º SEM 2016	
Correntes	7 089 778	7 185 236	7 304 162	8 039 294	8 098 462	8 114 948	3 821 336
Capital	2 313 581	3 175 834	611 148	547 975	802 960	2 621 142	2 232 862
Outras	80 089	67 236	426 647	344 759		470 273	470 273
TOTAL	9 483 448	10 428 306	8 341 957	8 932 028	8 901 422	11 206 363	6 524 472
GRAU DE EXECUÇÃO	104,72%	79,71%	94,29%	99,10%			58,22%
Corrente	72,61%	79,07%	95,11%	100,38%			47,09%
Capital	40,65%	80,83%	82,47%	83,04%			85,19%
Outras	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%			100,00%

Como é visível, a execução orçamental da receita em 2015, veio a comportar-se a um nível acima dos 85%, atualmente considerado como referência para situações de alerta precoce de desvios, nos termos do disposto no art.º 56º, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Decorrente da execução à data de 30 de junho de 2016, é previsível atingir, no final do exercício, um grau de execução também acima dos 85%.

O total das receitas cobradas líquidas atingiu o montante de 6.524.472€, discriminado da seguinte forma:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	1º SEM 2016	
	2016	1º SEM 2016	VALOR	%
RECEITA CORRENTE	8 098 462	8 114 948	3 821 336	47,09%
Impostos directos	1 743 362	1 743 362	895 252	
- IMI	1 183 788	1 183 788	618 176	
- IUC	235 539	235 539	119 283	
- IMT	218 356	218 356	150 990	
- Derrama	105 529	105 529	6 803	
- Impostos abolidos	125	125		
- Diversos	25	25		
Impostos indirectos	49 166	49 166	3 777	
Taxas, multas e outras penalidades	423 812	423 812	192 690	
Rendimentos de propriedades	560 349	560 349	260 936	
Transferências correntes	3 500 570	3 500 570	1 744 066	
Venda de bens e prestação de serviços	1 619 894	1 619 894	693 609	
Outras receitas correntes	201 309	217 795	31 006	
RECEITA DE CAPITAL	802 960	2 621 142	2 232 862	85,19%
Venda de bens de investimento	179 108	179 108	187 055	
Transferências de capital	423 077	423 077	227 625	
Ativos financeiros	725	725		
Passivos financeiros	50	1 818 232	1 818 182	
Outras receitas de capital	200 000	200 000		
OUTRAS RECEITAS		470 273	470 273	
Reposições não abatidas aos pagamentos		119	119	
Saldo da gerência anterior		470 154	470 154	
TOTAL GERAL	8 901 422	11 206 363	6 524 472	58,22%

c) Despesa

Quanto à despesa a mesma assume um grau de execução de 47,66%, com a despesa corrente com um grau de execução de 42,42% e a despesa de capital em 57,10%.

DESPESAS	2012	2013	2014	2015	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL CORRIGIDO	1º SEM 2016
					2016	1º SEM 2016	
Correntes	6 657 504	7 653 968	6 504 777	6 806 334	6 837 326	7 208 835	3 058 199
Capital	2 840 426	2 393 034	1 503 819	1 659 505	2 064 096	3 997 528	2 282 654
TOTAL	9 497 930	10 047 002	8 008 596	8 465 839	8 901 422	11 206 363	5 340 852
GRAU DE EXECUÇÃO	61,14%	76,79%	90,52%	93,93%			47,66%
Corrente	67,68%	83,62%	93,02%	96,82%			42,42%
Capital	49,84%	60,89%	81,08%	83,66%			57,10%

O controlo orçamental da despesa segue a seguinte estrutura:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	1º SEM 2016	
	2016	1º SEM 2016	VALOR	%
DESPESA CORRENTE	6 837 326	7 208 835	3 058 198,84	42,42%
Despesas com pessoal	3 775 614	3 778 940	1 908 405,74	
Aquisição de bens e serviços	2 552 860	2 813 223	895 222,92	
Juros e outros encargos	160 947	121 296	50 096,36	
Transferências correntes	251 355	274 808	108 615,00	
Outras despesas correntes	96 550	220 568	95 858,82	
DESPESA DE CAPITAL	2 064 096	3 997 528	2 282 653,59	57,10%
Aquisição de bens de capital	791 495	1 003 745	68 923,53	
Transferências de capital	785 050	688 050	243 203,37	
Ativos financeiros	55 901	55 901	27 875,00	
Passivos financeiros	431 600	2 249 782	1 942 651,69	
Outras despesas de capital	50	50		
TOTAL GERAL	8 901 422	11 206 363	5 340 852,43	47,66%

d) Fundos disponíveis

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos a qual em termos agregados se apresenta no quadro seguinte, verificando-se em todos os períodos fundos disponíveis positivos.

	FUNDOS DISPONÍVEIS ESTIMADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	FUNDOS DISPONÍVEIS APÓS COMPROMISSOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PAGAMENTOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR
JANEIRO	2 154 197	219 813	1 934 385		219 813
FEVEREIRO	2 741 450	1 824 072	917 378	400 523	1 423 549
MARÇO	5 855 988	4 537 737	1 318 251	2 731 657	1 806 080
ABRIL	6 537 924	5 309 809	1 228 115	3 267 431	2 042 378
MAIO	9 068 204	7 953 106	1 115 097	3 872 540	4 080 566
JUNHO	9 697 383	8 376 507	1 320 876	4 452 432	3 924 075

e) Compromissos do exercício e compromissos futuros

Quanto aos compromissos assumidos e não pagos no exercício, somam o montante de 9.739.310,97€, sendo que 5.860.891,08€ são relativos a compromissos de exercícios futuros, conforme quadro abaixo.

COMPROMISSOS 1º SEM 2016					
	ASSUMIDOS	PAGOS	POR PAGAR		
			ANO	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL
CORRENTES	8 118 915,06	3 058 198,84	3 119 162,46	1 941 553,76	5 060 716,22
CAPITAL	6 961 248,34	2 282 653,59	759 257,43	3 919 337,32	4 678 594,75
TOTAL	15 080 163,40	5 340 852,43	3 878 419,89	5 860 891,08	9 739 310,97

Na despesa comprometida para exercícios futuros, e de forma a dar cumprimento ao estipulado no POCAL, encontram-se registados cerca de 5,9 milhões de euros, merecendo este processo acompanhamento e registo a todo o momento. Recomenda-se por isso, a continuidade de trabalhos desenvolvidos ao nível do controlo interno, quanto ao registo dos compromissos futuros.

	1º SEM 2016			
	2017	2018	2019	ANOS SEQUITES
Despesas com o pessoal	7 346,86			
Aquisição de bens e serviços	664 869,78	407 999,81	2 519,04	
Juros	194 714,12	179 577,55	92 761,23	276 973,31
Transferências correntes				
Outras despesas correntes	114 792,06			
Aquisição de bens de capital				
Transferências capital	150 605,21	265 397,39		
Ativos financeiros	55 751,00	55 751,00	55 751,00	111 505,04
Passivos financeiros	432 712,46	414 682,90	386 361,77	1 990 819,55
TOTAL	1 620 791,49	1 323 408,65	537 393,04	2 379 297,90
	21,94%	17,92%	7,28%	32,21%
TOTAL GERAL	5 860 891,08			

f) Equilíbrio orçamental

A partir de 1 de janeiro de 2014, face ao exposto no art.º 40º, da nova lei das finanças locais, o apuramento do equilíbrio orçamental, assenta nas seguintes premissas:

Receita corrente bruta cobrada
=>
Despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do previsto no nº 4, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 83º da mesma Lei, ajustado para o semestre no ano de 2015.

Na sequência deste apuramento apresentamos os seus efeitos para os anos de 2014, 2015 e junho de 2016, podendo concluir-se pela existência de equilíbrio orçamental.

	31/12/2014	31/12/2015	1º SEM 2016
1. Receita corrente bruta	7 315 560 €	8 043 259 €	3 838 814 €
2. Valor da despesa corrente	6 504 777 €	6 806 334 €	3 058 199 €
3. Amortização média de emp.M/L.Prazo	473 480 €	465 895 €	208 176 €
4.=2. + 3. TOTAL	6 978 257 €	7 272 229 €	3 266 375 €
5.=1.-4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	337 303 €	771 030 €	572 439 €
6. Receita corrente líquida (1)	7 304 162 €	8 039 294 €	3 821 336 €
7. = 6. x 5% 5% do valor da receita corrente totais (art.º 40.º, n.º3)	365 208 €	401 965 €	191 067 €
8. = 5. + 7. Em cumprimento no equilíbrio orçamental	702 511 €	1 172 995 €	763 506 €

(1) Considerada como as receitas correntes totais

Face ao histórico parece ser de apurar no final do exercício equilíbrio orçamental.

Todavia, dado que nos encontramos apenas no 1º semestre de 2016, não é possível concluir qual o efeito desta regra no final do exercício. Propõe-se um acompanhamento deste indicador para que este apuramento se possa mostrar positivo em sede de encerramento de contas do exercício em curso.

2. Plano Plurianual de Investimento

Quanto ao PPI o mesmo apresenta um grau de execução anual de 9,55% e global de 0,98%.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEGUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	144 975	284 500	429 475	-	8 154	8 154	5,62%	1,90%
- Serv. Gerais Adm. Pública	81 475	221 000	302 475		8 154	8 154		
- Segurança e Ordem Pública	63 500	63 500	127 000					
FUNÇÕES SOCIAIS	632 170	8 446 500	9 078 670	-	31 786	31 786	5,03%	0,35%
- Educação	114 700	507 000	621 700		369	369		
- Segurança e Acções Sociais	1 500	10 000	11 500					
- Habitação e Serviços Colectivos	383 870	7 225 000	7 608 870		23 486	23 486		
- Serv.Culturais Rec.Religiosos	132 100	704 500	836 600		7 930	7 930		
FUNÇÕES ECONÓMICAS	298 600	1 021 000	1 319 600	-	31 234	31 234	10,46%	2,37%
- Indústria e Energia	16 000	45 000			2 033			
- Transportes e Comunicações	271 100	316 000			29 201			
- Outras Funções Económicas	11 500	660 000	671 500					
OUTRAS FUNÇÕES	65 751	278 758	344 509	-	37 875	37 875	57,60%	10,99%
- Diversas não especificadas	65 751	278 758	344 509		37 875	37 875		
TOTAL GERAL	1 141 496	10 030 758	11 172 254	-	109 049	109 049	9,55%	0,98%

3. Ações mais relevantes

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual é de 74,7 % e global de 25,04%, onde o pagamento das Operações da dívida autárquica (1.964.367 €), Educação (87.730 €) e Serv.Culturais Rec.Religiosas (71.464 €), são as que assumem a maior relevância.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEGUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	93 885	330 612	424 497	-	34 547	34 547	36,80%	8,14%
- Serv. Gerais Adm. Pública	36 281	96 000			7 163			
- Segurança e Ordem Pública	57 604	234 612			27 383			
FUNÇÕES SOCIAIS	514 403	1 505 878	2 020 281	-	179 797	179 797	34,95%	8,90%
- Educação	224 653	670 778	895 431		87 730	87 730		
- Saúde	6 450	21 000	27 450		2 818	2 818		
- Segurança e Acções Sociais	59 880	187 000	246 880		17 785	17 785		
- Habitação e Serviços Colectivos	6 850	16 900	23 750			0		
- Serv.Culturais Rec.Religiosos	216 570	610 200	826 770		71 464	71 464		
FUNÇÕES ECONÓMICAS	26 650	131 900	158 550	-	6 967	6 967	26,14%	4,39%
- Indústria e Energia	4 000		4 000					
- Transportes e Comunicações	950	950	1 900					
- Comércio e Turismo								
- Outras Funções Económicas	21 700	130 950	152 650		6 967	6 967		
OUTRAS FUNÇÕES	2 327 081	3 905 913	6 232 994	-	1 991 379	1 991 379	85,57%	31,95%
- Operações da dívida autárquica	2 278 031	3 770 913			1 964 367			
- Transferências entre administrações	49 050	135 000			27 013			
- Diversas não especificadas								
TOTAL GERAL	2 962 019	5 874 303	8 836 322	-	2 212 689	2 212 689	74,70%	25,04%

B - Análise Patrimonial

1. Balanço

a) Ativo

O ativo líquido total ascende a 45.616.131,09€, representando o imobilizado cerca de 95 % do ativo total.

Código contas	ativo	2013		2014		1.º SEMESTRE 2015		2015		1.º SEM 2016		Varição
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	1.º SEM 2016/ 2015 (%)
POCAL												
	Imobilizado:											
	Bens de domínio público											
451	Terrenos e recursos naturais	49 879,79	0,10	49 879,79	0,10	49 879,79	0,11	49 879,79	0,11	49 879,79	0,11	
453	Outras construções e infra-estruturas	44 468 432,84	88,09	45 038 546,03	92,40	45 038 546,03	95,83	45 164 781,26	97,13	45 164 781,26	99,01	2,46
445	Imobilizações em curso	884 149,92	1,75	607 344,47	1,25	658 447,36	1,40	774 293,11	1,67	793 372,97	1,74	3,77
485	Amortizações acumuladas	22 076 159,75	43,73	24 037 433,04	49,31	25 012 405,84	53,22	25 988 402,98	55,89	26 967 503,48	59,12	-4,80
		23 326 302,80	46,21	21 658 337,25	44,43	20 734 467,34	44,12	20 000 551,18	43,01	19 040 530,54	41,74	
	Imobilizações incorpóreas:											
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	769 464,99	1,52	769 464,99	1,58	769 464,99	1,64	769 464,99	1,65	769 464,99	1,69	0,07
443	Imobilizações em curso	103 297,06	0,20	131 208,12	0,27	131 208,12	0,28	160 088,52	0,34	160 196,15	0,35	2,19
483	Amortizações acumuladas	629 865,06	1,25	660 330,67	1,35	675 563,47	1,44	690 796,29	1,49	705 932,05	1,55	-6,29
		242 896,99	0,48	240 342,44	0,49	225 109,64	0,48	238 757,22	0,51	223 729,09	0,49	
	Imobilizações corpóreas:											
421	Terrenos e recursos naturais	6 286 021,55	12,45	6 448 946,02	13,23	6 271 004,89	13,34	6 349 787,36	13,66	6 120 822,33	13,42	-3,61
422	Edifícios e outras construções	9 865 109,60	19,54	10 410 036,77	21,36	9 948 578,90	21,17	13 214 391,16	28,42	13 216 108,78	28,97	0,01
423	Equipamento básico	4 665 038,31	9,24	4 730 886,89	9,71	4 737 863,99	10,08	4 851 565,30	10,43	4 858 287,70	10,65	0,14
424	Equipamento de transporte	952 510,18	1,89	957 529,51	1,96	959 072,59	2,04	988 164,00	2,13	990 242,70	2,17	0,21
425	Ferramentas e utensílios	184 750,62	0,37	185 614,45	0,38	187 068,19	0,40	184 739,93	0,40	186 178,72	0,41	0,78
426	Equipamento administrativo	1 100 119,26	2,18	1 124 557,62	2,31	1 149 033,53	2,44	1 196 598,28	2,57	1 185 963,88	2,60	-0,89
429	Outras imobilizações corpóreas	271 733,00	0,54	279 400,44	0,57	280 555,02	0,60	324 448,09	0,70	324 448,09	0,71	0,00
442	Imobilizações em curso	10 190 240,70	20,19	10 302 112,42	21,13	10 299 588,48	21,92	6 951 632,86	14,95	6 975 117,14	15,29	0,34
448	Adiantamentos Imobilizações Corpóreas	46 096,92	0,09	23 996,47	0,05	23 996,47	0,05	23 996,47	0,05	23 996,47	0,05	
482	Amortizações acumuladas	9 121 509,16	18,07	9 602 782,22	19,70	9 687 143,23	20,61	10 038 735,09	21,59	10 219 138,14	22,40	1,80
		24 440 110,98	48,42	24 860 298,37	51,00	24 169 618,83	51,43	24 046 588,36	51,71	23 662 027,67	51,87	-1,60
	Investimentos financeiros:											
411	Partes de capital	363 203,60	0,72									
412	Obrigações e títulos de participação			390 260,04	0,80	390 260,04	0,83	390 260,04	0,84	390 260,04	0,86	
		363 203,60	0,72	390 260,04	0,80	390 260,04	0,83	390 260,04	0,84	390 260,04	0,86	-
	Circulante:											
	Existências:											
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	592 337,99	1,17	605 422,70	1,24	590 747,00	1,26	619 685,25	1,33	630 713,71	1,38	1,78
39	Provisões para dep.existências			85 343,33	0,18	85 343,33	0,18	221 741,61	0,48	221 741,61	0,49	0,00
		592 337,99	1,17	620 079,37	1,07	505 403,67	1,08	397 943,64	0,86	408 972,10	0,90	2,77
	Dividas de terceiros - Curto prazo:											
28	Empréstimos concedidos	5 959,50	0,01	4 159,50	0,01	709,50	0,00	709,50		709,50		
212	Contribuinte c/c	129 777,91	0,26	5 142,68	0,01	8 266,90	0,02	13 179,74	0,03	15 568,86	0,03	18,13
213	Utentes c/c	246 240,14	0,49	153 265,74	0,31	31 462,44	0,07	234 818,94	0,50	253 399,47	0,56	7,91
218	Cientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	65 709,30	0,13	123 793,90	0,25	121 772,98	0,26	139 860,43	0,30	138 271,64	0,30	-1,14
24	Estado e outros entes públicos	27 360,78	0,05	50 116,25	0,10	50 942,02	0,11	26 033,72	0,06	6 627,08	0,01	-74,54
264	Administração Autarquia	65 131,00	0,13	65 131,00	0,13	65 131,00	0,14	65 131,00	0,14	65 131,00	0,14	
264	Outros devedores	301 752,70	0,60	95 791,95	0,20	97 963,80	0,21	94 661,47	0,20	86 736,48	0,19	
29	Provisões para cobranças duvidosas	65 709,30	0,13	120 610,23	0,25	118 829,85	0,25	133 392,25	0,29	132 019,16		-1,03
		776 222,03	1,54	376 790,79	0,77	257 419,69	0,55	441 002,55	0,95	434 424,87	0,95	-1,49
	Depósitos em instit.financieiras e caixa											
12	Depósitos em inst.financieiras	589 624,26	1,17	485 112,76	1,00	690 814,69	1,47	653 887,63	1,41	1 380 951,01	3,03	111,19
11	Caixa	862,59	0,00	1 416,42	0,00	2 695,63	0,01	1 494,81		2 235,82		49,57
		590 486,85	1,17	486 529,18	1,00	693 510,32	1,48	655 382,44	1,41	1 383 186,83	3,03	111,05
	Acréscimos e diferimentos											
271	Acréscimos de proventos	125 663,38	0,25	191 593,88	0,39			307 678,07	0,66	51 643,23	0,11	-83,22
272	Custos diferidos	21 308,70	0,04	21 054,02	0,04	21 054,02	0,04	21 356,72	0,05	21 356,72	0,05	
		146 972,08	0,29	212 647,90	0,44	21 054,02	0,04	329 034,79	0,71	72 999,95	0,16	-77,81
	Total do ativo	50 478 533,32	100,00	48 745 285,34	100,00	46 996 843,55	100,00	46 499 520,22	100,00	45 616 131,09	100,00	-1,90



b) Fundo Patrimonial

Os fundos próprios do Município ascendem a 29.824.559,45 €, apurando um resultado líquido negativo de 36.718,15€.

Código contas		2013		2014		1.º SEMESTRE 2015		2015		1.º SEM 2016		Variação
POCAL	Fundos próprios	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	1.º SEM 2016/ 2015 (%)
51	Fundos próprios:	34 395 469,41	68,14	34 887 495,07	71,57	34 887 495,07	74,23	34 966 055,74	75,20	34 966 055,74	76,65	
55	Património	706,45		-217 580,81	-0,45	-217 580,81	-0,46	-217 580,81	-0,47	-217 580,81	-0,48	
571	Ajustamentos em partes de capital	161 692,26	0,32	161 692,26	0,33	161 692,26	0,34	161 692,26	0,35	161 692,26	0,35	
575	Reservas legais	759 334,89	1,50	908 725,72	1,86	908 725,72	1,93	908 725,72	1,95	908 725,72	1,99	
576	Subsídios	269 013,68	0,53	269 013,68	0,55	269 013,68	0,57	306 563,68	0,66	306 563,68	0,67	
577	Doações	24 646,04	0,05	24 646,04	0,05	37 714,21	0,08	24 646,04	0,05	24 646,04	0,05	
578	Reservas decorrentes de transf.de activos							13 068,17	0,03	13 068,17	0,03	
59	Reservas decorrentes de loteamentos	-2 557 669,03	-5,07	-4 248 711,01	-8,72	-5 839 457,63	-12,43	-5 839 457,63	-12,56	-6 301 893,20	-13,82	7,92
88	Resultados transitados	-1 691 041,98	-3,35	-1 590 746,62	-3,26	-576 686,28	-1,23	-462 435,57	-0,99	-36 718,15	-0,08	-92,06
	Resultado líquido do exercício											
		31 362 161,72	62,13	30 194 534,33	61,94	29 630 916,22	63,05	29 861 277,60	64,22	29 824 559,45	65,38	-0,12

c) Passivo

O passivo total (incluindo provisões, acréscimos e diferimentos passivos, FAM e operações de tesouraria) sofreu uma oscilação para menos em 5,09%, ascendendo a 15.791.571,64€.

Código contas		2013		2014		1.º SEMESTRE 2015		2015		1.º SEM 2016		Variação
POCAL	Passivo	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	1.º SEM 2016/ 2015 (%)
29	Provisões para riscos e encargos	51 195,96	0,10	239 808,85	0,49	239 808,85	0,51	239 808,85	0,52	239 808,85	0,53	
		51 195,96	0,10	239 808,85	0,49	239 808,85	0,51	239 808,85	0,52	239 808,85	0,53	-
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:	4 440 693,08	8,80	4 137 054,11	8,49	3 897 542,57	8,29	3 317 650,77	7,13	3 408 559,86	7,47	2,74
2613	Dívidas a instituições de crédito	34 142,97	0,07									
2681	Fornecedores de locação			390 260,04	0,80	362 385,04	0,77	278 758,04	0,60	278 758,04	0,61	
	Credores diversos											
		4 474 836,05	8,86	4 527 314,15	9,29	4 259 927,61	9,06	3 596 408,81	7,73	3 687 317,90	8,08	2,53
2312	Dívidas a terceiros - Curto prazo:											
269	Empréstimos de curto prazo			152 500,00	0,31	152 500,00	0,32	339 971,78	0,73	124 592,82	0,27	-63,35
221	Adiantamentos por conta de vendas											
228	Fornecedores, c/c	1 249 093,13	2,47	1 357 291,70	2,78	1 164 080,67	2,48	840 110,38	1,81	800 712,32	1,76	-4,69
219	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência			241,00	0,00	30 569,88	0,07	43 629,67	0,09	1 520,19	0,00	-96,52
252	Adiantamento de clientes, Contribuintes e Utentes											
26112613/2614	Credores pela execução do orçamento					3 561,03	0,01			2 895,68	0,01	
2618	Fornecedores de imobilizado c/c, leasing e factoring	272 629,51	0,54	24 856,01	0,05	13 155,90	0,03	9 553,46	0,02	4 702,84	0,01	-50,77
24	Fornecedores de imobilizado -Facturas em rec.conf.			1 166,83		1 099,79	0,00			4 850,62	0,01	
262+263+267+268	Estado e outros entes públicos	91 492,91	0,18	95 044,49	0,19	83 975,99	0,18	91 604,18	0,20	80 509,19	0,18	-12,11
217+22+26	Outros credores	15 049,33	0,03	7 108,11	0,01	9 056,22	0,02	62 163,28	0,13	35 854,71	0,08	-42,32
	Garantias e Cauções	103 496,33	0,21	87 674,27	0,18	86 072,34	0,18	132 983,70	0,29	93 601,51	0,21	-29,61
		1 731 761,21	3,43	1 726 882,41	3,54	1 644 071,82	3,29	1 520 016,45	3,27	1 149 239,88	2,52	-24,39
273	Acréscimos e diferimentos											
274	Acréscimos de custos	1 007 195,92	2,00	573 191,14	1,18	279 908,15	0,60	593 412,43	1,28	283 574,26	0,62	-52,21
	Proveitos diferidos	11 851 392,46	23,48	11 484 554,46	23,56	11 042 210,90	23,50	10 688 596,08	22,99	10 431 630,75	22,87	-2,40
		12 858 588,38	25,47	12 057 745,60	24,74	11 322 119,05	24,09	11 282 008,51	24,26	10 715 205,01	23,49	-5,02
	Total do passivo	19 116 381,60	37,87	18 550 751,01	38,06	17 365 927,33	36,95	16 638 242,62	35,78	15 791 571,64	34,62	-5,09
	Total dos fundos próprios e do passivo	50 478 533,32	100,00	48 745 285,34	100,00	46 996 843,55	100,00	46 499 520,22	100,00	45 616 131,09	100,00	-1,90

2. Demonstração dos Resultados por Naturezas

Do apuramento dos proveitos e custos e depois de contabilizadas as amortizações do exercício, obtém-se um resultado líquido do exercício negativo de 36.718,15€. Face a igual período em 2015 os resultados apresentam uma melhoria em cerca de 540 mil euros.

Cód.contas POCAL	Custos e perdas	2013		2014		1.º SEMESTRE 2015		2015		1.º SEM 2016		Variação 1.º SEM 2016/1.º SEM 2015 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	618 119,52	7,07	591 442,50	7,19	225 001,63	5,46	604 521,42	6,22	183 471,87	4,42	-18,46
62	Fornecimentos e serviços externos	1 937 777,72	22,16	1 542 622,31	18,76	720 623,00	17,49	1 630 247,28	16,78	772 466,76	18,62	7,19
63	Transf.subs. correntes conced. e prest.sociais	219 581,49	2,51	271 704,73	3,30	49 852,95	1,21	196 268,21	2,02	108 450,72	2,61	117,54
64	Custos com o pessoal	3 848 885,97	44,02	3 737 437,40	45,45	1 648 181,35	39,99	3 696 710,47	38,05	1 627 470,65	39,24	-1,26
66	Amortizações do exercício	2 617 555,96	29,94	2 329 427,03	28,33	1 152 300,96	27,96	2 366 044,22	24,35	1 189 947,10	28,69	3,27
67	Provisões do exercício	77 230,03	0,88	363 753,11	4,42			154 647,28	1,59			
65	Outros custos perdas operacionais	9 716,98	0,11	14 962,15	0,18	19 087,00	0,46	39 469,40	0,41	41 006,44	0,99	114,84
	(A) Custos e perdas operacionais	9 328 867,67	106,70	8 851 349,23	107,63	3 816 046,89	92,57	8 687 908,28	89,42	3 922 813,54	94,57	2,82
68	Custos e perdas financeiros	215 824,60	2,47	299 658,95	3,64	100 498,03	2,44	199 339,57	2,05	45 678,43	1,10	-54,55
	(C) Custos e perdas financeiras	215 824,60	2,47	299 658,95	3,64	100 498,03	2,44	199 339,57	2,05	45 678,43	1,10	-54,55
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES	9 544 692,27	109,17	9 151 008,18	111,27	3 915 544,92	95,01	8 887 247,85	91,47	3 968 491,97	95,67	1,35
69	Custos e perdas extraordinários	889 425,88	10,17	663 610,07	8,07	782 448,36	18,99	1 291 103,85	13,29	216 157,86	5,21	-72,37
	(E) Custos e perdas extraordinários	889 425,88	10,17	663 610,07	8,07	782 448,36	18,99	1 291 103,85	13,29	216 157,86	5,21	-72,37
88	Resultado líquido do exercício	-1 691 041,98	-19,34	-1 590 746,62	-19,34	-576 686,28	-13,99	-462 435,57	-4,76	-36 718,15	-0,89	-93,63
	TOTAL GERAL	8 743 076,17	100,00	8 223 871,63	100,00	4 121 307,00	100,00	9 715 916,13	100,00	4 147 931,68	100,00	0,65

Cód.contas POCAL	Proveitos e ganhos	2013		2014		1.º SEMESTRE 2015		2015		1.º SEM 2016		Variação 1.º SEM 2016/1.º SEM 2015 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
71	Vendas e prestações de serviços	2 095 264,55	23,96	2 034 879,87	24,74	722 832,18	17,54	2 286 799,11	23,54	981 081,48	23,65	35,73
72	Impostos e taxas	1 660 063,11	18,99	1 638 587,50	19,92	1 000 804,60	24,28	2 045 707,82	21,06	885 682,37	21,35	-11,50
75	Trabalhos para a própria entidade	199 051,20	2,28	126 191,84	1,53			87 147,56	0,90			
73	Proveitos suplementares	2 798,68	0,03	836,05	0,01	88,93	0,00	539,34	0,01	25,55		-71,27
74	Transf. e subsídios obtidos	3 793 921,81	43,39	3 688 207,27	44,85	1 903 929,95	46,20	3 881 410,85	39,95	1 898 755,87	45,78	-0,27
76	Outros Proveitos e ganhos	7 825,71	0,09					308,82				
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	7 758 925,06	88,74	7 488 702,53	91,06	3 627 655,66	88,02	8 301 913,50	85,45	3 765 545,27	90,78	3,80
78	Proveitos e ganhos financeiros	857,07	0,01	579,57	0,01	237,48	0,01	334,97		53,47		-77,48
	(D) Proveitos e ganhos financeiros	857,07	0,01	579,57	0,01	237,48	0,01	334,97		53,47		-77,48
	PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	7 759 782,13	88,75	7 489 282,10	91,07	3 627 893,14	88,03	8 302 248,47	85,45	3 765 598,74	90,78	3,80
79	Proveitos e ganhos extraordinários	983 294,04	11,25	734 589,53	8,93	493 413,86	11,97	1 413 667,66	14,55	382 332,94	9,22	-22,51
	(F) Proveitos e ganhos extraordinários	983 294,04	11,25	734 589,53	8,93	493 413,86	11,97	1 413 667,66	14,55	382 332,94	9,22	-22,51
	TOTAL GERAL	8 743 076,17	100,00	8 223 871,63	100,00	4 121 307,00	100,00	9 715 916,13	100,00	4 147 931,68	100,00	0,65

RESUMO:		2013		2014		1.º SEMESTRE 2015		2015		1.º SEM 2016		VARIACÃO 1.º SEM 2016/2015 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Resultados operacionais (B) - (A)		-1 569 942,61	-17,96	-1 362 646,70	-16,57	-187 391,23	-4,55	-385 994,78	-3,97	-157 268,27	-3,79	16,07
Resultados financeiros (D) - (C)		-214 967,53	-2,46	-299 079,38	-3,64	-100 260,55	-2,43	-199 004,60	-2,05	-45 624,96	-1,10	54,49
Resultados correntes (B+D) - (A+C)		-1 784 910,14	-20,42	-1 661 726,08	-20,21	-287 651,78	-6,98	-584 999,38	-6,02	-202 893,23	-4,89	29,47
Resultado líquido do exercício (B+D+F) - (A+C+E)		-1 691 041,98	-19,34	-1 590 746,62	-19,34	-576 686,28	-13,99	-462 435,57	-4,76	-36 718,15	-0,89	93,63



C – Análise das principais contas

1. Classe 4 – Imobilizado

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação dos aumentos, alienações, abates e transferências;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período.

Comentários

Para além dos bens imóveis não registados à data do balanço inicial (conforme exposto nas notas ao balanço e Demonstração dos Resultados, da prestação de contas de 2015), encontram-se ainda por registar na Conservatória do Registo Predial, a favor do Município, bens imóveis, muitos dos quais já se encontram concluídos e “em uso”, devendo proceder-se à sua respetiva regularização.

Em consequência, o apuramento e contabilização das amortizações, reportadas à data do seu início de utilização, deverão ser efetuados, para além da reposição do subsídio ao investimento que lhe estiver subjacente.

Face ao início prospetivado para 1 de janeiro de 2017, do novo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), assente em novos conceitos e julgamento profissional, nomeadamente a definição de ativo, o modelo do justo valor, o princípio da substância sobre a forma, requer que a atualização desta situação se torne imperativa, constituindo assim uma oportunidade. Para o efeito é necessário desde já levar a efeito o início dos trabalhos necessários à identificação e mensuração precisa dos ativos por registar. Para além da aplicação da Estrutura Conceptual, importa levar em conta as seguintes Normas de Contabilidade Pública (NCP):

NCP	3	Ativos Intangíveis
NCP	4	Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
NCP	5	Ativos Fixos Tangíveis
NCP	6	Locações
NCP	8	Propriedades de Investimento
NCP	9	Imparidade de Ativos
NCP	10	Inventários
NCP	11	Agricultura

a) Ativo imobilizado bruto

O total do ativo imobilizado bruto ascende ao montante de 81.209.121,01€, com uma variação negativa de cerca de 185 mil euros, face ao encerramento do ano de 2015, conforme se segue:

Imobilizado		2012	2013	2014	2015	1º SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/2015	
		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	(%)
451	Bens de domínio público:							
453	Terrenos e recursos naturais	49 879,79	49 879,79	49 879,79	49 879,79	49 879,79		
445	Outras construções e infra-est.	41 886 638,58	44 468 432,84	45 038 546,03	45 164 781,26	45 164 781,26		
	Imobilizações em curso	3 384 055,36	884 149,92	607 344,47	774 293,11	793 372,97	19 079,86	0,02%
		45 320 573,73	45 402 462,55	45 695 770,29	45 988 954,16	46 008 034,02	19 079,86	0,02%
	Imobilizações incorpóreas:							
431	Despesas de instalação							
432	Despesas de invest. e de des.	639 768,75	769 464,99	769 464,99	769 464,99	769 464,99		
443	Imobilizações em curso	223 923,24	103 297,06	131 208,12	160 088,52	160 196,15	107,63	
		863 691,99	872 762,05	900 673,11	929 553,51	929 661,14	107,63	-
	Imobilizações corpóreas:							
421	Terrenos e recursos naturais	6 292 228,39	6 286 021,55	6 448 946,02	6 349 787,36	6 120 822,33	-228 965,03	-0,28%
422	Edifícios e outras construções	9 656 362,75	9 865 109,60	10 410 036,77	13 214 391,16	13 216 108,78	1 717,62	0,00%
423	Equipamento básico	4 626 444,70	4 665 038,31	4 730 886,89	4 851 565,30	4 858 287,70	6 722,40	0,01%
424	Equipamento de transporte	948 075,97	952 510,18	957 529,51	988 164,00	990 242,70	2 078,70	
425	Ferramentas e utensílios	183 618,90	184 750,62	185 614,45	184 739,93	186 178,72	1 438,79	
426	Equipamento administrativo	1 081 633,14	1 100 119,26	1 124 557,62	1 196 598,28	1 185 963,88	-10 634,40	-0,01%
429	Outras imobilizações corpóreas	270 306,70	271 733,00	279 400,44	324 448,09	324 448,09		
442	Imobilizações em curso	9 530 074,34	10 190 240,70	10 302 112,42	6 951 632,86	6 975 117,14	23 484,28	0,03%
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	46 096,92	46 096,92	23 996,47	23 996,47	23 996,47		
		32 634 841,81	33 561 620,14	34 463 080,59	34 085 323,45	33 881 165,81	-204 157,64	-0,25%
	Investimentos financeiros:							
411	Partes de capital	305 333,69	363 203,60					
412	Obrigações e títulos de participação			390 260,04	390 260,04	390 260,04		
		305 333,69	363 203,60	390 260,04	390 260,04	390 260,04	-	-
	TOTAL	79 124 441,22	80 200 048,34	81 449 784,03	81 394 091,16	81 209 121,01	-184 970,15	-0,23%

b) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros representam as unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal.

c) Obras em curso

As obras em curso têm tido a seguinte evolução:

Imobilizações em curso		2014	2015	AUMENTOS	1º SEM 2016	VARIACÃO 1º SEM 2016/2015
445	Imobilizações em cursos - Bens de domínio público					
4453	Outras Construções e infra estruturas					
	- Viadutos arruamentos e obras complementares		164 128,34	19 079,86	183 208,20	19 079,86
	- Parques e jardins	6 120,49	6 120,49		6 120,49	
	- Viação Rural					
	- Outros	601 223,98	604 044,28		604 044,28	
		607 344,47	774 293,11	19 079,86	793 372,97	19 079,86
443	Imobilizações em curso - Incorpóreas:					
4432	Imobilizações em curso	131 208,12	160 088,52	107,63	160 196,15	107,63
		131 208,12	160 088,52	107,63	160 196,15	107,63
442	Imobilizações em curso - Corpóreas:					
4421	Terrenos e recursos naturais	33 519,22				
44221	Edifícios					
	- Habitação	48 983,32	53 807,91	11 609,36	65 417,27	11 609,36
	- Instalações de serviços	922 285,80	924 350,02		924 350,02	
	- Instalações desportivas e recreativas	89 764,43	78 722,99	4 622,09	83 345,08	4 622,09
	- Mercados e instalações de fiscal. Sanitária	3 328 459,39				
	- Creches	27 181,65	27 181,65		27 181,65	
	- Escolas	2 064 715,89	2 079 051,56	369,00	2 079 420,56	369,00
	- Outros edifícios	476 582,27	475 582,27		475 582,27	
44222	Outras Construções					
	- Iluminação pública	36 750,48	6 316,58	6 883,83	13 200,41	6 883,83
	- Instalações desportivas e recreativas	1 730 109,98	1 736 842,15		1 736 842,15	
	- Cemitérios	344 748,71	351 941,76		351 941,76	
	- Outras	1 199 011,28	1 217 835,97		1 217 835,97	
		10 302 112,42	6 951 632,86	23 484,28	6 975 117,14	23 484,28
	TOTAL GERAL	11 040 665,01	7 886 014,49	42 671,77	7 928 686,26	42 671,77

Em sede de encerramento de contas do exercício deve ser dada atenção a esta área de forma a proceder-se aos trabalhos de encerramento de obras, em especial as que se mantêm sem alteração desde anos anteriores, bem como os aumentos verificados no 1º semestre de reduzida expressão. Para o efeito deve ser criteriosamente definida a política de capitalização de despesas.

Merece pois a devida atenção o reconhecimento da capitalização dos valores apurados, dada a definição do conceito de "ativo", bem como o seu consequente "reconhecimento" conforme define a Estrutura Conceptual do SNC-AP, ao qual acresce a consequente vida útil a atribuir a cada uma das obras realizadas. Para o efeito a contabilidade de custos contribui de forma evidente para o devido reconhecimento.

Importa assim melhorar os procedimentos inerentes ao processo de contabilização de obras em curso e regularização de adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas, dado que existem projetos por regularizar desde 2005 e valores entregues a título de adiantamentos desde 2006.

d) Amortizações acumuladas e do exercício

Foram processadas as amortizações à data de 30 de junho de 2016.

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		2014	Valor 66	OUTRAS REG./ABATES	2015	Valor 66	OUTRAS REG./ABATES	1º SEM 2016
4853	Bens de domínio público:							
	Outras construções e infra-estruturas	24 037 433,04	1 950 969,94		25 988 402,98	979 100,50		26 967 503,48
		24 037 433,04	1 950 969,94		25 988 402,98	979 100,50		26 967 503,48
4832	Imobilizações incorpóreas:							
	Despesas de invest. e de desenvolvimento	660 330,67	30 465,62		690 796,29	15 135,76		705 932,05
		660 330,67	30 465,62		690 796,29	15 135,76		705 932,05
	Imobilizações corpóreas:							
4822	Edifícios e outras construções	2 918 400,13	209 339,12	76 202,25	3 203 941,50	100 698,19		3 304 639,69
4823	Equipamento básico	4 275 368,05	121 423,86	-323,76	4 396 468,15	62 783,06	-3 197,69	4 456 053,52
4824	Equipamento de transporte	908 585,06	17 008,27		925 593,33	9 442,63		935 035,96
4825	Ferramentas e utensílios	184 990,97	2 720,66	-6 718,60	180 993,03	2 391,90	-12 110,10	171 274,83
4826	Equipamento administrativo	1 112 582,68	29 851,22	-17 815,68	1 124 618,22	17 997,80		1 142 616,02
4829	Outras imobilizações corpóreas	202 855,33	4 265,53		207 120,86	2 397,26		209 518,12
		9 602 782,22	384 608,66	51 344,21	10 038 735,09	195 710,84	-15 307,79	10 219 138,14
TOTAL		34 300 545,93	2 366 044,22	51 344,21	36 717 934,36	1 189 947,10	-15 307,79	37 892 573,67

CONTA		2012	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1º SEM 2016 Peso (%)
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO								
66.5	BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO								
66.5.3	Outras construções e infra-est.	1 848 334,58	1 944 768,60	1 938 594,53	974 972,80	1 950 969,94	979 100,50	4 127,70	82,28%
		1 848 334,58	1 944 768,60	1 938 594,53	974 972,80	1 950 969,94	979 100,50	4 127,70	82,28%
66.3	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
66.3.2	Despesas de instalação	16 825,97	30 465,61	30 465,61	15 232,80	30 465,62	15 135,76	-97,04	1,27%
		16 825,97	30 465,61	30 465,61	15 232,80	30 465,62	15 135,76	-97,04	1,27%
66.2	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
66.2.1	Terrenos e recursos naturais								
66.2.2	Edifícios e outras construções	188 487,82	375 104,60	167 747,38	80 092,12	209 339,12	100 698,19	20 606,07	8,46%
66.2.3	Equipamento básico	179 807,31	161 623,84	132 158,88	59 541,37	121 423,86	62 783,06	3 241,69	5,28%
66.2.4	Equipamento de transporte	45 336,77	43 409,00	31 884,21	8 290,15	17 008,27	9 442,63	1 152,48	0,79%
66.2.5	Ferramentas e utensílios	9 972,70	3 022,45	1 140,35	609,38	2 720,66	2 391,90	1 782,52	0,20%
66.2.6	Equipamento administrativo	62 180,14	50 247,24	21 863,22	11 373,70	29 851,22	17 997,80	6 624,10	1,51%
66.2.8	Outras imobilizações corpóreas	11 703,09	8 914,62	5 572,85	2 188,64	4 265,53	2 397,26	208,62	0,20%
		497 487,83	642 321,75	360 366,89	162 095,36	384 608,66	195 710,84	33 615,48	16,45%
TOTAL		2 362 648,38	2 617 555,96	2 329 427,03	1 152 300,96	2 366 044,22	1 189 947,10	37 646,14	100,00%

2. Classe 3 – Existências

EXISTÊNCIAS		2012	2013	2014	2015	1º SEM 2016	Varição 1º SEM 2016/2015
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	734 574,97	592 337,99	605 422,70	619 685,25	630 713,71	11 028,46
39	Provisões para dep.existências			-85 343,33	-221 741,61	-221 741,61	
TOTAL		734 574,97	592 337,99	520 079,37	397 943,64	408 972,10	11 028,46

Matérias Primas	90 386,76
Matérias Subsidiárias	43 839,51
Materiais Diversos	239 421,67
Materiais de Consumo	257 065,77
EF	630 713,71

Esta área merece acompanhamento de forma a permitir o seu adequado controlo. Assim, para que possa existir conciliação dos valores registados em compras e em armazéns, é necessário que as faturas sejam registadas atempadamente e dentro dos períodos a que respeitam, facto que ocorre com adequado acompanhamento.

Em visita ao armazém, para planeamento da elaboração do inventário intercalar, foram selecionados os bens a inventariar e formalizaram-se os procedimentos a executar. O inventário decorreu de forma adequada, tendo os desvios apurados registado níveis de fraca materialidade.

Em sede de encerramento de contas e para os bens sem rotação, propomos a sua devida apreciação, para quantificação de eventual necessidade de reforço das provisões/imparidades para depreciação de existências, ou envio para sucata do que for identificado como inoperacional para as atividades municipais.

3. Classe 2 - Contas a Receber

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das provisões/imparidades necessárias para fazer face aos riscos identificados.

Comentários

- a) O valor das dívidas a receber ascende ao montante de 434.424,87 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA		2012	2013	2014	2015	1º SEM 2016	Varição 1º SEM 2016/2015
21.2	- Contribuinte c/c	120 659,22	129 777,91	5 142,68	13 179,74	15 568,86	2 389,12
21.3	- Utentes	268 800,55	246 240,14	153 265,74	234 818,94	253 399,47	18 580,53
21.8	- Cobrança duvidosa	39 921,56	65 709,30	123 793,90	139 860,43	138 271,64	-1 588,79
29	Provisões	-39 921,56	-65 709,30	-120 610,23	-133 392,25	-132 019,16	1 373,09
24	Estado e outros entes públicos	37 410,71	27 360,78	50 116,25	26 033,72	6 627,08	-19 406,64
26	Outros devedores						
26.4	Administração autárquica	65 131,00	65 131,00	65 131,00	65 131,00	65 131,00	
26.8.2	- Transf.p/Aut.Locais	177 303,87	293 240,08	93 253,32	84 692,59	38 643,95	-46 048,64
26.8.8	- Outros devedores						
26.8.8.1	- Devedores diversos	2 500,00					
26.8.8.9	-Outros devedores diversos	63 818,44	8 512,62	2 538,63	9 968,88	48 092,53	38 123,65
28	Empréstimos concedidos	9 302,26	5 959,50	4 159,50	709,50	709,50	
TOTAL		744 926,05	776 222,03	376 790,79	441 002,55	434 424,87	-6 577,68

Face ao fecho do exercício de 2015, verifica-se uma oscilação negativa no montante de 6.577,68€.

- b) A conta de Estado e outros entes públicos decorre do IVA a recuperar (#24.3). Apresenta um saldo no montante de 6.627,08 €, encontrando-se este valor concordante com a declaração entregue respeitante a junho de 2016.

CONTA		SALDO FINAL			
		2013	2014	2015	1º SEM 2016
24	Estado e Outros Entes Públicos				
24.3	- IVA	27 360,78	50 116,25	26 033,72	6 627,08
TOTAL		27 360,78	50 116,25	26 033,72	6 627,08

- c) Quanto ao montante provisionado (#29) irá sofrer o ajustamento necessário em trabalhos de fim de exercício, referente aos Clientes/Contribuintes/Utentes de cobrança duvidosa.

4



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

4. Classe 1 - Disponibilidades

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação das conciliações bancárias efetuadas pelo Município;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 30/06/2016;
- Apreciação do mapa de fluxos de caixa, com referência a 30/06/2016.

Comentários

- a) A classe de disponibilidades apresenta o seguinte saldo:

CONTA		2012	2013	2014	2015	1º SEM 2016
11	Caixa					
	Caixa e fundos fixos e de maneoio	962,06	862,59	1 416,42	1 494,81	2 235,82
TOTAL		962,06	862,59	1 416,42	1 494,81	2 235,82

CONTA		2012	2013	2014	2015	1º SEM 15
12	Depósitos em Instituições Financeiras					
12.1	Caixa Geral de Depósitos	131 759,87	342 726,31	127 164,21	242 973,43	207 676,80
12.2	Banco Santander Totta	2 193,25	7 659,52	9 627,38	21 394,01	7 797,24
12.3	Novo Banco	64 260,66	159 320,74	266 622,31	357 551,00	769 448,51
12.4	Banco Português de Investimento	8 653,42	35 565,91	77 958,81	30 969,19	37 445,54
12.5	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	4 320,77	43 117,57	706,59	1 000,00	108 582,92
12.6	Montepio Geral	830,92	750,62	684,47		250 000,00
12.7	BCP - Nova Rede	678,59	483,59	2 348,99		
12.8	Banco Português de Negócios	37,49				
TOTAL		212 734,97	589 624,26	485 112,76	653 887,63	1 380 951,01

Em termos orçamentais o saldo das disponibilidades assenta nos seguintes valores:

	2012	2013	2014	2015	1º SEM 2016
- Execução orçamental	67 235,92	426 646,95	344 759,02	470 154,14	1 201 097,42
- Operações de tesouraria	146 461,11	163 839,90	141 770,16	185 228,30	182 089,41
Saldo da gerência	213 697,03	590 486,85	486 529,18	655 382,44	1 383 186,83

- b) Têm vindo a ser efetuadas as reconciliações bancárias, dando cumprimento ao disposto no art.º 13º, do Regulamento do Sistema de Controlo Interno, devendo estes mesmos trabalhos ser mantidos, para que no final do exercício todos os itens em aberto sejam decorrentes de valores, em trânsito, com data inferior a 6 meses.

5. Conta 27 – Acréscimos e diferimentos - Ativos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

O valor dos acréscimos e diferimentos estão representados no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL				
		2012	2013	2014	2015	1º SEM 2016
27	Acréscimos e diferimentos					
27.1	- Acréscimos de proveitos	127 005,71	125 663,38	191 593,88	307 678,07	51 643,23
27.2	- Custos diferidos	20 954,55	21 308,70	21 054,02	21 356,72	21 356,72
TOTAL		147 960,26	146 972,08	212 647,90	329 034,79	72 999,95

Os acréscimos de proveitos têm vindo a ser regularizados no semestre enquanto, os custos diferidos aguardam regularização, mantendo o saldo especializado do ano transato, relativo a seguros.

6. Classe 5 – Fundo patrimonial

O fundo patrimonial reflete as variações ao nível da aplicação dos resultados de 2015, bem como a evidência do resultado apurado no 1º semestre de 2016.

Rubricas	Saldo inicial 1-1-2016	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	Saldo final 30/06/2016
51 - Património	34 966 055,74			34 966 055,74
55 - Ajust.de partes de capital em emp.	-217 580,81			-217 580,81
57 - Reservas :	1 414 695,87			1 414 695,87
571 - Reservas legais	161 692,26			161 692,26
575 - Subsídios	908 725,72			908 725,72
576 - Doações	306 563,68			306 563,68
577 - Res.decor.da transf.de activos	24 646,04			24 646,04
578 - Res.decor.de loteamentos	13068,17			13 068,17
59 - Resultados transitados	-5 839 457,63	-462 435,57		-6 301 893,20
88 - Resultados líquido do exercício	-462 435,57	462 435,57	-36 718,15	-36 718,15
TOTAL	29 861 277,60		-36 718,15	29 824 559,45

[Assinatura]

7. Classe 2 - Contas a Pagar

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Testes às dívidas a Fornecedores, Estado e outros entes públicos, Instituições de Crédito e a outros credores.

Comentários

- a) Quanto ao valor das dívidas a pagar (dívidas orçamentais e não orçamentais) o mesmo ascende a 5.076.366,63€, conforme abaixo discriminado:

CONTA		2012	2013	2014	2015	1º SEM 2016	Varição 1º SEM 2016/2015
21.7	Cauções	18 695,51	20 604,19	23 098,69	70 010,05	30 627,86	-39 382,19
21.9	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	41 032,04					
22	Fornecedores	2 097 765,01	1 249 093,13	1 357 532,70	883 740,05	802 232,51	
	- Fornecedores c/c	1 684 983,17	1 240 368,26	1 348 566,83	840 110,38	798 088,90	-42 021,48
	- Fornecedores Factoring	388 316,32	8 724,87	8 724,87		2 623,42	2 623,42
	- Fornecedores em recepção e conferência	24 465,52		241,00	43 629,67	1 520,19	-42 109,48
23	Empréstimos Obtidos	2 742 283,22	4 440 693,08	4 137 054,11	3 657 622,55	3 533 152,68	
	- Médio Longo Prazo a pagar no curto prazo					124 592,82	124 592,82
	- Médio Longo Prazo	2 742 283,22	4 440 693,08	4 137 054,11	3 657 622,55	3 408 559,86	-249 062,69
24	Estado e Outros Entes Públicos	36 887,03	91 492,91	95 044,49	91 604,18	80 509,19	-11 094,99
25	Credores pela execução orçamental					2 895,68	2 895,68
26	Outros Credores	1 281 705,51	404 713,95	640 466,57	413 448,43	387 139,86	
26.1	- Fornecedores de Imobilizado	942 763,30	306 772,48	26 022,84	3 976,81	9 553,46	5 576,65
26.3	- Sindicatos	1 222,40	1 139,23	1 161,47	1 120,76	1 116,65	-4,11
26.6	- Garantias e cauções	84 427,06	82 892,14	64 575,58	62 973,65	62 973,65	
26.8.1	- Devedores e credores das Administrações Públicas			390 260,04	334 509,04	306 634,04	-27 875,00
26.8.5	- Cred.p/Oper.Tesouraria	5 229,11	11 288,71	5 946,64	6 531,25	6 862,06	330,81
26.8.9	- Cred. Diversos - Outros	248 063,64	2 621,39		4 336,92		-4 336,92
26.9	- Adiantamentos por conta de vendas			152 500,00			
29	Provisões		51 195,96	239 808,85	239 808,85	239 808,85	
29.2	Provisões para riscos e encargos		51 195,96	239 808,85	239 808,85	239 808,85	
TOTAL		6 218 368,32	6 257 793,22	6 493 005,41	5 356 234,11	5 076 366,63	-279 867,48

Destaca-se a oscilação negativa quanto aos empréstimos bancários (#23) e fornecedores c/c (#22).

Para efeitos de fecho de contas do exercício, todas as faturas recebidas com data até 31/12/2016, devem ser devidamente contabilizadas, mesmo que a sua entrada no Município tenha ocorrido após aquela data.

- b) O cumprimento do plano financeiro associado à subscrição do capital no FAM, tem vindo a ser assegurado, registando a seguinte evolução e responsabilidades:

		CAPITAL NO INÍCIO	PAGAMENTOS	CAPITAL NO FIM	
CUMPRIDO	2014	390 260,04		390 260,04	
	2015	390 260,04	27 875,00	362 385,04	# 2681
		362 385,04	27 876,00	334 509,04	# 2681
PAGAMENTOS FUTUROS	2016	334 509,04	27 875,00	306 634,04	# 2681
		306 634,04	27 876,00	278 758,04	
	2017	278 758,04	27 875,00	250 883,04	
		250 883,04	27 876,00	223 007,04	
	2018	223 007,04	27 875,00	195 132,04	
		195 132,04	27 876,00	167 256,04	
	2019	167 256,04	27 875,00	139 381,04	
		139 381,04	27 876,00	111 505,04	
	2020	111 505,04	27 875,00	83 630,04	
		83 630,04	27 876,00	55 754,04	
	2021	55 754,04	27 875,00	27 879,04	
		27 879,04	27 879,04		

2016	Curto prazo	27 876,00
	Médio longo prazo	278 758,04
		306 634,04

- c) O pagamento das amortizações dos empréstimos tem vindo a ser cumprido dentro dos planos financeiros associados a cada contrato.

Os montantes em dívida foram confirmados através do mapa de responsabilidades de crédito, obtido através do Banco de Portugal.

Tal como já referido verificou-se a transferência do empréstimo associado ao processo de saneamento financeiro, contratualizado com o Novo Banco, o qual passou a estar titulado pela Caixa de Crédito Agrícola. Este processo teve por objetivo a diminuição dos encargos financeiros, dadas as modificações ocorridas no mercado financeiro, quanto à remuneração implícita ao contrato do Novo Banco.

	2015	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	1º SEM 2016	GARANTIA	VALOR A PAGAR EM 2016 (2º SEM)	VALOR A PAGAR EM ANOS SEGUINTE
EMPRÉSTIMOS M/LONGO PRAZOS							
CGD	521 383,82			471 879,66			
- 9015/003653/091	75 830,55		15 049,78	60 780,77	44 345,00	15 101,16	45 679,61
- 9015/003791/991	21 656,47		3 575,28	18 081,19	3 179,00	3 587,85	14 493,34
- 9015/004894/691	267 482,27		22 206,33	245 275,94	270 288,00	22 221,55	223 054,39
- 0846/000905/591	156 414,53		8 672,87	147 741,66	125 852,00	8 673,45	139 068,21
BPI	146 973,87			130 817,07			
- 8548757830006	146 973,87		16 156,80	130 817,07	376 349,00	16 199,94	114 617,13
SANTANDER	35 186,58			26 389,91			
- 2719/02	35 186,58		8 796,67	26 389,91		8 796,73	17 593,18
NOVO BANCO	2 954 078,28			1 085 884,32			
- 770022215	1 028 571,46		42 857,14	985 714,32	3 000 000,00	42 857,14	942 857,18
- 373/00389/2004	107 325,00		7 155,00	100 170,00		7 155,00	93 015,00
- 770056508	1 818 181,82		1 818 181,82				
CCAM				1 818 181,82			
- 58024846479		1 818 181,82		1 818 181,82			1 818 181,82
TOTAL	3 667 622,55	1 818 181,82	1 942 651,69	3 633 152,68	3 820 013,00	124 592,82	3 408 569,86

- d) Os valores retidos, referentes ao Estado e outros entes públicos (#24) têm vindo a ser pagos atempadamente.
 Os mesmos foram conciliados com os valores apresentados no portal das Finanças.

CONTA		SALDO FINAL			
		2013	2014	2015	1º SEM 2016
24	Estado e Outros Entes Públicos				
24.2	- Retenção de impostos s/rendimento				
24.2.1	- Trabalho dependente	20 196,00	21 562,00	20 410,00	37 564,00
24.2.2	- Trabalho independente	2 916,07	1 845,04	827,64	673,48
24.2.7	- Sobretaxa extraordinária	1 269,00	1 200,00	1 203,00	761,00
24.4	- Restantes impostos	5,90	24,29	29,54	17,29
24.5	- Contribuições p/Seg.Social e outros	66 119,04	70 388,16	68 784,42	41 064,26
24.6	- Ministério das Finanças	981,90		349,58	429,16
24.9	- Outras Contribuições	5,00	25,00		
TOTAL		91 492,91	95 044,49	91 604,18	80 509,19

8. Conta 29 – Provisões

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

Em sede de encerramento de contas do exercício de 2016, face à evolução do andamento dos processos e do reporte dos responsáveis jurídicos pelos mesmos, deve o reforço ou reversão das provisões ser avaliado com o consequente processamento contabilístico que vier a ser apurado.





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

ATIVO		SALDO FINAL		
		2015	DIMINUIÇÃO	1º SEM 2016
29.1	Para Clientes Cob. Duvidosa	133 392,25	1 373,09	132 019,16
39.6	Para Depreciação de Existências - Mat.P.Sub.Consumo	221 741,61		221 741,61
TOTAL		355 133,86	1 373,09	353 760,77

PASSIVO		SALDO FINAL		
		2015	DIMINUIÇÃO	1º SEM 2016
29.2	Para Riscos e Encargos			
	- Processos judiciais em curso			
	Ministério da Saúde	1 300,00		1 300,00
	José Maria Oliveira	15 000,00		15 000,00
	Subsidio de reintegração - José Barradas			
	CCDRA	25 000,00		25 000,00
	CCDRA	25 000,00		25 000,00
	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo	159 779,81		159 779,81
	Administração da Região Hidrográfica do Tejo	13 729,04		13 729,04
TOTAL		239 808,85		239 808,85

TOTAL GERAL		594 942,71	1 373,09	593 569,62
-------------	--	------------	----------	------------

9. Conta 27 – Acréscimos e diferimentos - Passivos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

O valor dos acréscimos e diferimentos estão representados no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL				
		2012	2013	2014	2015	1º SEM 2016
27	Acréscimos e diferimentos					
27.3	- Acréscimos de custos	596 081,32	1 007 195,92	573 191,14	593 412,43	283 574,26
	- Remunerações a liquidar	464 667,47	447 837,64	452 809,15	444 606,70	215 245,34
	- Juros a liquidar	10 142,53	10 246,25	16 169,24	8 474,01	
	- Outros acréscimos de custos	121 271,32	549 112,03	104 212,75	140 331,72	68 328,92
27.4	- Proveitos diferidos	11 883 272,31	11 851 392,46	11 484 554,46	10 688 596,08	10 431 630,75
	- Subsídios para investimento	11 287 462,91	11 387 917,54	11 038 547,33	10 218 790,41	9 992 292,17
	- Outros	595 809,40	463 474,92	446 007,13	469 805,67	439 338,58
TOTAL		12 479 353,63	12 858 588,38	12 057 745,60	11 282 008,51	10 715 205,01

Para que os resultados mereçam maior fiabilidade, foram regularizadas as estimativas efetuadas no ano anterior.

Tem aqui especial enfoque, as estimativas respeitantes a férias, subsidio de férias e respetivos encargos pagos em 2016, respeitantes a 2015. Procedeu-se, igualmente, à contabilização de estimativas, do proporcional do primeiro semestre de 2016, de férias, subsidio de férias e respetivos encargos, cujo pagamento ocorrerá em 2017.

Os subsídios ao investimento mereceram ajustamento ao semestre, pelo que a reposição contabilizada assume a seguinte expressão:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luis Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO	2015	AUMENTOS	REPOSIÇÕES	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	1º SEM 2016
Construção Biblioteca Municipal Vendas Novas	179 193,19		1 493,28		177 699,91
Infra.est.Rem.Dren.Trat.dest.final águas	75 078,75		2 885,16		72 193,59
Construção Passagem Inferior ao C.F.	133 467,78		7 414,88		126 052,90
Estação Central de Camionagem	560 020,35		3 998,35		556 022,00
Qualificação da envolvente Centro Sócio Cult.	75 957,98		527,49		75 430,49
Qualificação do Moinho p/Posto de Turismo	4 080,44				4 080,44
Remodelação das Redes Energia Ilum. Zona Urbana					
Gabinete de Inserção Profissional	4 662,61		1 867,64		2 794,97
Ampliação Estrada Municipal 519 - 1ª Fase	11 098,25		1 109,83		9 988,42
Sub.Conduta abast. Água e coletor	9 135,39		1 051,89		8 083,50
Caminho Municipal 1057 Campos da Rainha - Vendas Novas	10 293,19		1 029,32		9 263,87
Equip. Recolha Remoção Resíduos Sólidos	18 668,06		1 337,64		17 330,42
Sist.Rejeição Trat.águas Residuais Domésticas	60 245,56		4 316,81		55 928,75
Reforço abastec.águas Vendas Novas	27 976,14		1 470,91		26 505,23
Caminho Municipal lida Caminhos Municipais 1056	20 668,91		2 066,89		18 602,02
EM Vendas Novas à estrada Municikpal 519 - Cabrela	56 427,51		5 642,75		50 784,76
Pavimentação Rua José Francisco Fragoso	39 586,59		3 958,66		35 627,93
Prolongamento CM 1058 à EM VN/Cabrela	19 874,41		1 987,44		17 886,97
Ampl.Retif.Modern.CM acesso à Povo	16 745,34		1 674,54		15 070,80
CM Foros de Bombel que liga à EN 4	32 321,48		3 232,15		29 089,33
Estrada Inter.VN Cabrela 2ª Fase	105 474,14		10 547,42		94 926,72
Construção Biblioteca Audit. Municipal VN	835 031,77		6 958,60		828 073,17
Inf.est.Saneamento Básico Pavim.Eletrif.	132 747,34		13 274,74		119 472,60
Abastecimento água cidade VN	320 950,30		32 095,03		288 855,27
Infr.est.Remod.Exp.Drenagem Trat. Dest. Final	676 018,87		25 978,34		650 040,53
Infr.est.Remod.Exp.Drenagem Trat. Dest. Final	276 722,30		10 634,00		266 088,30
Abastecimento água cidade VN - 2ª Fase	240 700,36		17 192,89		223 507,47
Valoriz. Paisagem Qualif.Zona Urbana	488 541,64		14 368,87		474 172,77
Centro Cultural Polivalente	364 635,09		2 642,29		361 992,80
Infr.est.Remod.Exp.Drenagem Trat. Final Águas	486 457,74		22 155,99		464 301,75
Infr.est.Remod.Exp.Drenagem Trat. Final Águas	200 863,17		9 148,43		191 714,74
Qualif.benef.repav.arruamentos	254 609,24		14 144,96		240 464,28
Inf.est.águas residuais Afeiteira	410 904,99		15 830,80		395 074,19
Mercado Municipal VN Arranjos Urbanist.	1 133 315,31		7 870,25		1 125 445,06
Troço Urbamo coinc.EN 4 entre Rotunda do L	172 995,23		5 766,51		167 228,72
Plano Municipal de Emergência Prot. Civil VN					
SAMA	311,39		77,85		233,54
Pistas Cicláveis Vemdas Novas	180 249,11		5 287,27		174 961,84
Escola Básica EB1 VN - Centro Educativo	1 263 022,86				1 263 022,86
Parque Exposições Feiras Mercados VN	732 671,00				732 671,00
Modernização Alentejo Central 2015	9 754,42	27 496,38			37 250,80
Plano Estrat. Desenv. Urn. Sust. V.N.		20 910,00			20 910,00
Transf. Entre contas face à repartição					
Inf.Est.Águas Residuais Marconi	300 553,42		5 943,23	3 649,58	290 960,61
Inf. Est. Águas Residuais Piçarras	206 844,02		4 132,54	139,40	202 572,08
Preservação Moinho Vento - Posto Turismo	7 731,78				7 731,78
Centro Educação Ambiental	62 182,99				62 182,99
TOTAL	10 218 790,41	48 406,38	271 115,64	3 788,98	9 992 292,17



10. Custos e Perdas

a) Conta 61 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta conta reflete os seguintes consumos:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias Primas	16 070,32
		Matérias Subsidiárias	3 293,93
		Materiais Diversos	17 814,90
Existências iniciais	619 685	Materiais de Consumo	146 292,72
Compras	194 500		
Regularização de existências			
Existências finais	630 714		
Custos no exercício	183 472	CMVMC	183 471,87

b) Conta 62 - Fornecimentos e serviços externos

Esta conta apresenta a desagregação seguinte:

CONTA	2012	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1º SEM 2016 Peso (%)
621 Subcontratos	224 245,93	215 086,97	219 111,09	81 942,66	212 319,47	143 280,30	61 337,64	18,55%
62211 Electricidade	487 297,38	489 371,23	512 974,12	222 040,73	509 297,70	233 858,04	11 817,31	30,27%
62212 Combustíveis	13 741,95	13 881,67	11 585,70	5 026,08	11 094,78	4 370,31	-655,77	0,57%
62213 Água	260 684,64	259 963,43	118 702,49	102 887,09	105 475,75	116 472,83	13 585,74	15,08%
62217 Material de Escritório	17,26		1,48					
66218 Artigos para Oferta	5 573,32		19 010,24		22 084,05			
62219 Rendas e Alugueres	5 259,77	3 569,35	2 372,20	3 000,00	10 539,00	3 666,00	666,00	0,47%
62221 Despesas de representação					500,00	16,11	16,11	
62222 Comunicação	64 865,92	53 737,87	38 266,75	13 561,80	48 698,51	24 564,07	11 002,27	3,18%
62223 Seguros	44 434,58	44 614,03	46 625,34	25 656,80	47 175,54	15 588,16	-10 068,64	2,02%
62225 Transportes Mercadorias		8,28				20,17	20,17	
62226 Transportes de Pessoal	39 964,39	41 406,06	43 005,64	29 265,24	45 349,10	25 340,19	-3 925,05	3,28%
62227 Deslocações e Estadas	7 425,00	6 030,32	5 308,40	1 576,52	5 629,68	2 502,33	925,81	0,32%
62229 Honorários	891,30	231,98	7 406,20	7 406,20	7 406,20		-7 406,20	
62232 Conservação e Reparação	26 736,33	25 385,38	20 291,97	13 849,42	37 216,09	18 495,18	4 645,76	2,39%
62233 Publicidade e Propaganda	16 123,11	19 020,94	10 899,90	3 185,48	10 177,60	2 142,20	-1 043,28	0,28%
62235 Vigilância e Segurança	14 600,56	17 192,16	14 263,45	13 103,77	21 616,32	11 749,97	-1 353,80	1,52%
62236 Trabalhos Especializados	60 603,61	57 172,60	45 702,45	4 287,91	35 168,79	12 330,62	8 042,71	1,60%
62238 Alimentação	12 983,77	8 569,78	9 251,64	2 028,66	5 118,69	3 607,80	1 579,14	0,47%
62239 Estadas de Não Servidores	5 835,00							
62240 Alfandegas, portagens, bagagens excesso carga	3 884,75	3 866,80	3 500,46	1 791,89	3 946,69	1 560,60	-231,29	0,20%
62245 Cursos de formação	254,90	946,50	480,00	920,00	1 160,00	210,00	-710,00	0,03%
62250 Serviços de saúde	6 604,38	6 166,13	6 092,34	2 333,90	5 134,58	2 781,31	447,41	0,36%
62251 Reembolso da presença de eleitos em reuniões	280,84	392,04	147,42					
62290 Encargos de cobrança	86 988,48	38 391,71	39 909,93	22 092,34	42 701,59	20 691,60	-1 400,74	2,68%
62298 Outros FSE	519 278,13	632 772,49	367 713,10	164 666,51	442 437,15	129 218,97	-35 447,54	16,73%
TOTAL	1 908 575,30	1 937 777,72	1 542 622,31	720 623,00	1 630 247,28	772 466,76	51 843,76	100,00%



Os fornecimentos e serviços externos (#62) aumentaram em 51.843,76€. Realça-se o peso que a rubrica de eletricidade (#62211), outros fornecimentos e serviços externos (#62298), água (#62213) e subcontratos (#621) assumem.

O valor da rubrica da água, a ser incluída nesta conta, deverá apenas evidenciar o valor da água consumida pelos serviços, correspondendo o seu valor material a um custo de mercadorias vendidas e de matérias consumidas. Para efeitos de encerramento do exercício deverá ser ponderada a transferência dos valores correspondentes aos consumos associados à faturação emitida pelo Município.

c) Conta 63 – Transferências e subsídios correntes

CONTA		2012	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1º SEM 2016 Peso (%)
63	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES								
63.1	Transferências correntes concedidas	107 241,50	219 581,49	271 704,73	49 852,95	196 268,21	108 450,72		
	- Orçamento do Estado	28 040,00	32 668,29	16 755,09	4 581,66	6 265,16		-4 581,66	
	- Freguesias	16 499,60	16 250,00	39 365,39	19 500,00	39 000,00	27 658,06	8 158,06	25,50%
	- Associações de Municípios	40 402,11	33 950,68	36 322,50		1 803,12			
	- Municípios	2 818,08	2 081,23						
	- Segurança Social				985,68	2 792,76	821,40	-164,28	0,76%
	- Outros Setores Institucionais	19 481,71	134 631,29	160 375,80	24 785,61	100 199,99	58 250,11	33 464,50	53,71%
	- Bolsas			18 885,95		46 207,18	21 721,15	21 721,15	20,03%
TOTAL		107 241,50	219 581,49	271 704,73	49 852,95	196 268,21	108 450,72	58 597,77	100,00%

As transferências e subsídios correntes oscilaram em 58.597,77 €, na sua maioria justificada através da conta de outros setores institucionais. Esta conta é também aquela que mais contribui para o saldo da conta #63.

d) Conta 64 – Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal assumem uma oscilação negativa de 20.710,70€, face a período homólogo de 2015. Segundo informação recolhida, a oscilação é essencialmente relativo à saída de pessoal por motivo de aposentação.

CONTA		2012	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1º SEM 2016 Peso (%)
64	CUSTOS COM O PESSOAL								
64.1	Remunerações Órgãos Autárquicos	115 164,52	139 640,14	143 511,83	91 254,54	197 401,58	91 073,58	-180,96	5,60%
64.2	Remunerações do pessoal	3 012 879,69	2 949 980,87	2 812 767,21	1 267 056,33	2 694 258,01	1 246 276,11		
	- Remunerações base	2 550 489,66	2 523 147,46	2 400 062,07	1 071 031,06	2 296 309,59	1 062 281,55	-8 749,51	65,27%
	- Suplementos de remunerações	433 654,75	415 751,43	391 385,44	183 493,70	376 142,86	175 858,59	-7 635,11	10,81%
	- Prestações sociais directas	28 735,28	11 081,98	21 319,70	12 531,57	21 805,56	8 135,97	-4 395,60	0,50%
64.3	Pensões	3 871,59	11 566,18	10 568,56	5 723,43	7 317,25	2 350,87	-3 372,56	0,14%
64.5	Encargos s/ Remunerações	470 746,95	590 793,82	622 428,08	187 892,67	612 272,93	186 114,49	-1 778,18	11,44%
64.6	Seguros Acidentes Trabalho	40 279,98	36 859,65	34 171,33	21 098,01	39 930,16	21 096,53	-1,48	1,30%
64.8	Outros Custos com o Pessoal	138 927,61	120 045,31	113 990,39	75 156,37	145 530,54	80 559,07	5 402,70	4,95%
TOTAL		3 781 870,34	3 848 885,97	3 737 437,40	1 648 181,35	3 696 710,47	1 627 470,65	-20 710,70	100,00%

Os suplementos de remunerações estão desagregados nos termos seguintes.

Suplementos de remunerações	2012	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Varição 1º SEM 2016/1º SEM 2015
Trabalho extraordinário	144 144,85	110 482,77	104 080,25	45 666,43	91 353,51	28 975,36	-16 691,07
Trabalho em regime de turnos					14 778,43	14 788,55	14 788,55
Abono para falhas	8 977,91	9 133,51	9 023,73	3 885,27	6 842,14	2 758,88	-1 126,39
Subsidio de refeição	226 454,83	231 117,84	219 550,59	108 513,51	207 197,18	104 294,75	-4 218,76
Ajudas de custo	7 291,71	8 783,35	6 022,95	2 306,91	5 351,33	2 416,59	109,68
Representação	26 321,08	31 801,83	32 862,28	16 680,60	33 361,20	16 032,87	-647,73
Subsidio de trabalho noturno	3 843,81	3 927,85	3 911,88	1 496,02	3 179,67	1 715,31	219,29
Outros suplementos e prémios	16 620,56	20 504,28	15 933,76	4 944,96	14 079,40	4 876,28	-68,68
TOTAL	433 654,75	415 751,43	391 385,44	183 493,70	376 142,86	175 858,59	-7 635,11

A redução do trabalho extraordinário é relevante. Todavia esta rubrica deve ser analisada no seu conjunto com o trabalho em regime de turnos, que está desagregada em 2015 e no 1º semestre de 2016.

e) Conta 65 – Outros custos operacionais

CONTA	2012	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Varição 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1º SEM 2016 Peso (%)
65 OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS								
65.1 Impostos e taxas	8 435,60	7 556,98	7 852,88		1 199,08	28 020,49	28 020,49	68,33%
65.2 Quotizações	2 185,82	2 160,00	7 109,27	19 087,00	38 270,32	12 985,95	-6 101,05	31,67%
TOTAL	10 621,42	9 716,98	14 962,15	19 087,00	39 469,40	41 006,44	21 919,44	100,00%

f) Conta 68 – Custos e perdas financeiras

O controlo dos juros debitados pelas instituições financeiras é efetuado a cada momento.

Verifica-se uma oscilação negativa de 54.819,60€, face a igual período do ano transato.

CONTA	2012	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Varição 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1º SEM 2016 Peso (%)
68 CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS								
68.1 Juros Suportados								
- Curto prazo - empréstimos bancários	39 198,38							
- Médio e longo prazo - empréstimos bancários	51 952,20	26 417,41	148 801,03	55 743,51	118 686,71	13 294,56	-42 448,95	29,10%
- Outros	78 606,97	148 619,29	67 136,08	40 655,50	72 587,85	28 333,72	-12 321,78	62,03%
68.2 Perdas em entidades participadas			75 472,74					
68.8 Outros	14 407,36	40 787,90	8 249,10	4 099,02	8 065,01	4 050,15	-48,87	8,87%
TOTAL	184 164,91	215 824,60	299 658,95	100 498,03	199 339,57	45 678,43	-54 819,60	100,00%

g) Conta 69 – Custos e perdas extraordinárias

CONTA	2012	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1º SEM 2016 Peso (%)
69 CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS								
69.1 Transferências capital concedidas								
- Municípios	15 867,00						10 000,00	4,63%
- Freguesias						10 000,00		
- Associações de Municípios	1 495,80		5 160,27		5 534,14			
- Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,01	383 468,66	383 468,67	191 734,33	383 468,67	122 671,40	-69 062,93	56,75%
- Instituições sem fins lucrativos	19 548,67	9 952,06	3 610,35		5 000,00	2 250,00	2 250,00	1,04%
- Famílias	4 500,57							
69.2 Dívidas Incoráveis	1 458,83			829,08	982,56		-829,08	
69.3 Perdas em existências	12 437,34	7 617,13	1 636,39		987,17			
69.4 Perdas em imobilizações	40 049,14	8 340,35		557 724,94	557 724,94	80 000,00	-477 724,94	37,01%
69.5 Multas	3 680,00	902,50	779,76		3 051,00	120,00	120,00	0,06%
69.7 Perdas exercícios anteriores	1 302,12	444 596,39	241 739,28		292 916,28			
69.8 Outras	58 716,20	34 548,79	27 215,35	32 160,01	41 439,09	1 116,46	-31 043,55	0,52%
TOTAL	159 055,68	889 425,88	663 610,07	782 448,36	1 291 103,85	216 157,86	-566 290,50	100,00%

11. Proveitos e Ganhos

a) Conta 71 – Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços oscilaram conforme se apresenta:

CONTA	2012	2013	2014	1ºSEM 2015	2015	1ºSEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1º SEM 2016 Peso (%)
71 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS								
71.1 Vendas								
Produtos acabados e intermédios	625 019,23	548 583,28	544 465,29	123 117,02	701 100,11	270 464,35		
- Água	612 620,51	548 275,67	541 644,76	122 830,34	700 677,30	270 254,27	147 423,93	27,55%
- Livros e documentação técnica	204,61	206,13	16,46	239,12	374,44	135,84	-103,28	0,01%
- Diversos	12 194,11	101,48	2 804,07	47,56	48,37	74,24	26,68	0,01%
71.2 Prestações de serviços	843 914,63	792 769,35	765 276,76	247 293,40	867 535,89	349 878,15		
- Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos	271 786,81	278 251,93	251 801,88	111 575,01	250 465,60	105 123,87	-6 451,14	10,72%
- Saneamento	271 165,39	241 385,24	237 145,69	55 484,89	270 026,95	103 178,44	47 693,55	10,52%
- Resíduos Sólidos	247 869,27	219 877,92	215 794,33	51 739,84	291 412,58	116 193,20	64 453,36	11,84%
- Transportes escolares	11 841,25	14 561,60	9 385,24	5 943,73	9 790,60	5 461,84	-481,89	0,56%
- Trabalhos por conta particulares	5 413,16	3 173,98	2 113,21	1 353,57	1 685,88	401,93	-951,64	0,04%
- Cemitérios	32 112,77	31 639,38	43 061,23	19 302,30	39 826,52	15 218,22	-4 084,08	1,55%
- Outras	3 725,98	3 879,30	5 975,18	1 894,06	4 327,76	4 300,65	2 406,59	0,44%
71.3 Outros	739 695,15	753 911,92	725 137,82	352 421,76	718 163,11	360 738,98		
- Rendas e alugueres	739 695,15	753 911,92	725 137,82	352 421,76	718 163,11	360 738,98	8 317,22	36,77%
TOTAL	2 208 629,01	2 095 264,55	2 034 879,87	722 832,18	2 286 799,11	981 081,48	258 249,30	100,00%



b) Conta 72 – Impostos e taxas

Ao nível dos Impostos, foram conciliados os valores entre a contabilidade e a conta corrente do Portal das Finanças.

CONTA	2012	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Varição 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1º SEM 2016 Peso (%)
72 IMPOSTOS E TAXAS								
72.1 IMPOSTOS DIRETOS	1 894 727,95	1 655 682,03	1 704 108,61	851 889,11	1 797 767,41	842 516,49		
- IMI	930 372,23	1 077 613,09	1 157 531,54	699 314,79	1 218 669,53	631 039,22	-68 275,57	71,25%
- IMT	600 647,46	236 075,09	206 995,24	46 753,51	248 192,38	104 426,16	57 672,65	11,79%
- Derrama	153 590,41	88 551,21	109 313,02		100 183,88	1 603,08	1 603,08	0,18%
- IUC	210 117,85	252 962,97	230 268,81	105 820,81	230 721,62	105 448,03	-372,78	11,91%
- Impostos abolidos		479,67						
72.2 IMPOSTOS INDIRETOS	35 093,53	22 889,81	7 471,75	80 477,70	96 649,19	3 458,54		
- Mercados e Feiras	1 228,50	1 214,70	1 157,75	356,10	918,60	310,20	-45,90	0,04%
- Loteamentos de obras	19 675,52	8 281,94	1 665,69	77 219,93	88 979,54	1 095,44	-76 124,49	0,12%
- Ocupação Via Pública	1 131,09	4 629,28	657,42	1 057,72	2 288,91	1 023,79	-33,93	0,12%
- Publicidade	8 477,18	4 296,75	43,88		333,55	63,02	63,02	0,01%
- Outros	4 581,24	4 467,14	3 947,01	1 843,95	4 128,59	966,09	-877,86	0,11%
72.4 TAXAS	138 114,84	115 322,69	101 222,61	72 641,67	167 782,66	67 564,66		
- Mercados e feiras	49 782,77	47 900,69	46 891,57	42 885,80	80 445,31	41 104,71	-1 781,09	4,64%
- Loteamentos de obras	73 694,09	54 246,48	41 780,96	22 269,80	73 959,31	20 772,52	-1 497,28	2,35%
- Ocupação Via Pública	1 030,71	658,13	123,46	294,51	648,42	61,80	-232,71	0,01%
- Caça, Uso e Porte de Arma	281,69	238,02	322,45	105,23	211,36		-105,23	0,00%
- Outras	13 325,58	12 279,37	12 104,17	7 086,33	12 518,26	5 625,63	-1 460,70	0,64%
72.5 REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES	-81 718,08	-45 343,65	-11 397,99	-3 200,02	-3 965,03	-17 478,33	-14 278,31	-1,97%
72.6 ANULAÇÕES	-52 697,70	-88 487,77	-162 817,48	-1 003,86	-12 526,41	-10 378,99	-9 375,13	-1,17%
TOTAL	1 933 520,54	1 660 063,11	1 638 587,50	1 000 804,60	2 045 707,82	885 682,37	-115 122,23	100,00%

c) Conta 74 – Transferências e subsídios obtidos

As transferências e subsídios obtidos mantêm um nível similar a igual período do ano transato.

CONTA	2012	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Varição 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1º SEM 2016 Peso (%)
74 TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS								
Transferências Correntes	2 557 208,91	3 082 075,60	3 316 428,88	1 726 722,00	3 472 351,37	1 725 589,27		
- Fundo Equilíbrio Financeiro	2 003 918,00	2 466 361,00	2 686 908,00	1 349 430,00	2 698 864,00	1 392 450,00	43 020,00	73,33%
- Fundo Social Municipal	148 230,00	148 230,00	148 230,00	79 488,00	158 979,00	79 488,00		4,19%
- Participação IRS	302 347,00	302 347,00	302 474,00	230 496,00	460 997,00	204 900,00	-25 596,00	10,79%
- Transportes escolares	10 749,00	10 749,00	10 749,00					
- Outros serviços e Fundos Autonomos	747,46	2 241,46	12 136,94					
- Outras	91 217,45	152 147,14	155 930,94	67 308,00	153 511,37	48 751,27	-18 556,73	2,57%
Transferências de Capital	1 091 028,67	641 017,36	298 727,00	149 934,00	299 874,00	154 716,00		
- Fundo Equilíbrio Financeiro	1 079 033,00	616 590,00	298 545,00	149 934,00	299 874,00	154 716,00	4 782,00	8,15%
- Administração Autarquica	11 995,67	24 427,36	182,00					
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS				17 831,04	34 707,47	5 778,53	-12 052,51	0,30%
SEGURANÇA SOCIAL					20 488,46			
EXTERIOR	100 933,94	70 828,85	73 051,39	9 442,91	12 590,55	12 672,07	3 229,16	0,67%
EMPRESAS	31 600,00				41 399,00			
TOTAL	3 780 771,52	3 793 921,81	3 688 207,27	1 903 929,95	3 881 410,85	1 898 755,87	-5 174,08	100,00%

d) Conta 79 – Proveitos e ganhos extraordinários

Os proveitos e os ganhos extraordinários assumem uma oscilação negativa de 111.080,92 €, em especial pela reposição dos subsídios ao investimento que assume o valor de 338.477,63 € (conta #79.8).

CONTA	2012	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Varição 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1º SEM 2016 Peso (%)
79 PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS								
79.1 Restituição de impostos								
79.3 Ganhos em existências	5 520,35		1 399,42		1 173,01			
79.4 Ganhos em imobilizações	27 291,96	8 919,50	655,00	1 284,79	274 874,97	37 895,84	36 611,05	9,91%
79.5 Benefícios e penalidades contratuais	9 486,49	4 311,52	13 022,21	7 617,53	15 310,96	4 467,38	-3 150,15	1,17%
79.6 Reduções de amortizações e provisões	1 832,05	246,33	34 895,96	1 780,38	5 466,98	1 373,09	-407,29	0,36%
79.7 Ganhos exercícios anteriores	1 657,14	269 009,79	119 191,37		244 080,07	119,00	119,00	0,03%
79.8 Outros	565 672,15	700 806,90	565 425,57	482 731,16	872 761,67	338 477,63	-144 253,53	88,53%
TOTAL	611 460,14	983 294,04	734 589,53	493 413,86	1 413 667,66	382 332,94	-111 080,92	100,00%

IV – CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Município tem vindo a dar continuidade aos trabalhos necessários à contabilidade de custos.

É um processo que revela complexidade pelo envolvimento que requer de todos os serviços e, como qualquer processo desta natureza merece reflexão, face aos resultados apurados.

Importa assim, proceder à sua avaliação e melhoria no apuramento das imputações e compatibilização com a fixação de preços inerentes à prestação de serviços e venda de bens.

A estrutura de custos está alocada às seguintes funções e atividades.

FUNCIONAL	VALOR	%
Funções Gerais	64 090,66	1,53%
Funções Sociais	1 971 440,10	47,08%
Funções Económicas	835 027,65	19,94%
Outras	114 366,63	2,73%
TOTAL	2 984 925,04	71,28%
Custos de estrutura	1 154 790,78	27,57%
Máquinas e Viaturas	-5 069,37	-0,12%
Obras por Administração Direta	53 217,10	1,27%
TOTAL	4 187 863,55	100,00%

Dada a alteração legislativa quanto ao sistema contabilístico (SNC-AP), a iniciar em 1 de janeiro de 2017, propõe-se que sejam desenvolvidos todos os esforços para a implementação da norma **NCP 27 – Contabilidade de Gestão e NCP 25 Relato por Segmentos**, de forma a dar cumprimento ao estabelecido para o futuro.

V – SITUAÇÃO - ECONÓMICO - FINANCEIRA

a) Indicadores de Gestão

Indicam-se os principais rácios referentes ao 1º semestre de 2016, comparativamente com os valores apurados nos exercícios anteriores:

Componente Económica

	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016
Custos e Perdas	10 434 118	9 814 618	119	10 178 352	4 184 650
Proveitos e Ganhos	8 743 076	8 223 872	100	9 715 916	4 147 932
Resultado Líquido do Exercício - RLE	-1 691 042	-1 590 747	-19	-462 436	-36 718

Componente Financeira

	2013	2014	1º SEM 2015	2015	1º SEM 2016
Activo Fixo Líquido (Imobilizado)	48 372 514	47 149 238	45 519 456	44 676 157	43 316 547
Activo Circulante Líquido *	1 959 047	1 383 399	1 456 334	1 494 329	2 226 584
Activo Líquido Total	50 478 533	48 745 285	46 996 844	46 499 520	45 616 131
Fundos Próprios	31 362 152	30 194 534	29 630 916	29 861 278	29 824 559
Passivo M/L Prazos	4 474 836	4 527 314	4 259 928	3 596 409	3 715 194
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim.)	1 782 957	1 965 691	1 783 881	1 759 825	1 361 173
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim. E Provisões)	1 731 761	1 725 882	1 544 072	1 520 016	1 121 364
Total Passivo	19 116 382	18 550 751	17 365 927	16 638 243	15 791 572
Empréstimos Curto Prazo					
Empréstimos M/L Prazo	4 440 693	4 137 054	3 897 543	3 317 651	3 408 560
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	164%	163%	171%	179%	189%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Activo Liq.)	62%	62%	63%	64%	65%
Liquidez Geral (Activo Circulante / Passivo C.P.)	110%	70%	82%	85%	164%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Liq.)	65%	64%	65%	67%	69%
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos/Total Passivo)	23%	22%	22%	20%	22%
Endividamento C/ Prazo (Empréstimos/Activo Liq.)	9%	8%	8%	7%	7%

* Activo Circulante Líquido= Disp. +Div.Rec.C.P.+Existências

b) Endividamento

Conforme definido no artigo 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo excecional de dívida financeira.

Todavia, a Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, diploma que aprovou o do Orçamento do Estado para 2016, definiu no art.º 192º, a introdução do nº 5, ao art.º 52º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, que refere que:

Para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Em nossa opinião esta alteração só assume relevo para empréstimos que vierem a ser contraídos, pelo que não foi considerada qualquer exceção no que respeita ao valor da dívida considerada para o apuramento da dívida total, até porque o empréstimo contraído destinou-se apenas para dar suporte à substituição da responsabilidade perante o NB, quanto ao empréstimo de saneamento financeiro.

Neste sentido procedeu-se ao apuramento dos valores componentes da dívida do Município, conforme segue.

	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	1º SEM 2016
Receta corrente líquida cobrada	6 670 648	7 089 778	7 185 236	7 304 162	8 039 294	3 831 336
Média nos 3 exercícios	6 981 887					
Média nos 3 exercícios	7 193 058					
Média nos 3 exercícios	7 509 564					
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores	10 472 831					
	10 789 588					
	11 264 346					
PASSIVO	18 697 722	19 116 382	18 550 751	16 638 243	15 791 572	
(-) ADIANTAMENTOS POR CONTA DE VENDAS			152 500			
(-) PROVISÕES		51 196	239 809	239 809	239 809	
(-) FUNDO DE APOIO MUNICIPAL			390 260	334 509	306 634	
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	12 479 354	12 858 588	12 057 746	11 282 009	10 715 205	
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	146 461	163 840	141 770	185 228	182 089	
(1) DÍVIDA TOTAL	6 071 907	6 042 757	5 568 666	4 596 688	4 347 834	
CONTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPADAS						
ANMP		315	408			
CIMAC		7 529	16 422	46 077	50 340	
SPIVN		1 462 916				
(2) TOTAL CONTRIBUIÇÕES		1 470 759	16 830	46 077	50 340	
DÍVIDA GLOBAL (1) + (2)		7 513 517	5 585 496	4 642 765	4 398 174	
MARGEM ABSOLUTA DE ENDIVIDAMENTO		2 959 314	4 887 334	6 146 823	6 866 171	
LIMITE DE 20% DA MARGEM		591 863	977 467	1 229 365	1 373 234	
LIMITE DO TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2016					5 872 129	
REDUÇÃO DÍVIDA			1 928 021	942 731	244 591	
				3 115 342		

NOTA: (FACE AO SIAL EXISTE DIFERENÇA SEM MATERIALIDADE)

Em consequência dos limites impostos e do total do endividamento apurado constata-se a existência de margem de endividamento. Face à imposição do disposto no art.º 52º acima referido o limite de aumento da dívida não pode ser superior a cerca de 1.229 mil euros, ou seja 20% da margem existente no início do período (6.146.823€). O total da dívida no final de 2016, não poderá exceder 5.872.129 €, apresentando à data do 1º semestre o valor de 4.398.174€.

Face à data de encerramento dos exercícios de 2013 a 2015, verifica-se ainda que se operou na dívida total uma redução em cerca de 3 milhões de euros.

Descreve ainda o artigo 52º, que sempre que um município, não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto nos artigos 56º a 64º do mesmo diploma legal, entre os quais, mecanismos de alerta precoce e mecanismos de recuperação financeira (saneamento financeiro ou recuperação financeira, com recurso ao Fundo Apoio Municipal (FAM)).

Dado que nos encontramos a analisar o semestre, face aos valores que se apresentam acima, entendemos que não será de aplicação esta regra ao Município.

Todavia importa definir critérios rigorosos de controlo da dívida de forma a minimizar efeitos de incumprimento indesejáveis e de responsabilidade financeira para efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, conforme descreve o artigo 52º, nº 4.

c) Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso

De acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) do Município, calculado de acordo com o indicado definido nos termos do n.º 4, do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009, segundo a DGAL e conforme se encontra divulgado no SIAL é de 43 dias, tendo-se operado uma redução de 12 dias, face a dezembro de 2015.

Na consulta ao sistema e no reporte de informação mensal, verifica-se a não existência de pagamentos em atraso.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

VI – CONCLUSÕES

Dadas as circunstâncias e considerando o referido neste Relatório, considera-se ser de dar continuidade às melhorias introduzidas, ao nível do sistema de controlo interno quanto ao registo contabilístico, de forma a traduzir uma adequada aplicação do regime instituído pelo POCAL e cumprimento do Sistema de Controlo Interno.

Da apresentação das contas podemos constatar uma redução do endividamento que importa dar continuidade com responsabilidade e sustentabilidade.

Em resumo apresentam-se as ações e procedimentos que em nossa opinião merecem destaque, dar continuidade, melhorar e implementar para o fecho do ano de 2016 e anos seguintes:

- 1) Continuidade de preparação de trabalhos que permitam proceder ao relatório de avaliação dos riscos identificados, conforme definido no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, a apresentar em dezembro de 2016;
- 2) Continuidade nos trabalhos de consolidação orçamental, com adequada e real estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, contribuindo para níveis de endividamento dentro dos limites aceites, para além dos apuramentos necessários ao cálculo dos Fundos Disponíveis, no sentido da assunção de despesa dentro dos limites de responsabilidade aceites pela legislação em vigor;
- 3) Continuidade no registo dos compromissos futuros, permitindo uma leitura das responsabilidades futuras já assumidas;
- 4) Continuidade nos procedimentos inerentes à contabilidade de custos, o qual apela ao envolvimento de todos os Serviços Municipais, para além do consequente corte de operações ao nível do inventário. Acresce a análise e avaliação das provisões/imparidades para depreciação de existências.
- 5) Continuidade no registo mensal dos pedidos de pagamento efetuados;
- 6) Continuidade no registo mensal da reposição dos subsídios ao investimento na proporção das amortizações praticadas;
- 7) Continuidade nos trabalhos de Conciliação de terceiros; - Conciliação de património; - Conciliação de armazéns;
- 8) Continuidade no encerramento de obras em curso e quantificação dos trabalhos para a própria entidade em caso de obras por administração direta, sempre que existam e cujo valor se traduza num ativo a capitalizar;
- 9) Continuidade na avaliação da necessidade de reforço das provisões/imparidades para créditos de cobrança duvidosa;
- 10) Avaliação junto dos serviços jurídicos e advogados de todos os processos judiciais em curso de forma a avaliar o efeito de eventuais provisões e outras contingências a registar para efeitos de encerramento de contas;



- 11) Dar continuidade ao cumprimento do disposto na Lei dos Compromissos, com segurança na assunção de despesas face ao valor apurado a título dos Fundos Disponíveis, nomeadamente a contabilização de todas as faturas de fornecedores com data de 31/12/2016 mesmo que a sua receção tenha ocorrido no início do exercício de 2017.

Estas ações foram analisadas com os responsáveis dos serviços, tendo-nos sido manifestado toda a disponibilidade para a continuidade dos trabalhos e melhoria contínua, em prol da transparência e *Accountability* na gestão pública.

Em sede de elaboração dos instrumentos de gestão previsionais para o ano de 2017 a 2020, o volume da despesa a transitar, os compromissos futuros já assumidos e os encargos com o pessoal, podem assumir um elevado volume financeiro, o qual condicionará as atividades a empreender, pelo que se recomenda uma atenção redobrada da Gestão na ponderação das mesmas. Acresce a sustentabilidade e consolidação orçamental, com adequada estimativa de receitas onde o controlo integral do ciclo de despesa e fundos disponíveis deve centrar a atenção dos Órgãos de Gestão.



ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

VII – FACTOS RELEVANTES E OU OCORRIDOS APÓS O TERMO DE 30/06/2016

- ✓ Neste período de crise e dadas as restrições financeiras com que atualmente se nos depara, de forma a prevenir a ocorrência de eventuais desvios e fraudes, afigura-se-nos ser importante dar atenção ao tema da fraude, nomeadamente os itens subjacentes à “Balança da fraude” e “Triângulo da fraude”, assente nos pilares de “Pressões situacionais”; - “Oportunidades de concretização”; e – “Integridade Pessoal”.
- ✓ O Município encontra-se ao abrigo de um plano de saneamento financeiro, pelo que importa acompanhar com rigor as metas traçadas e desenvolver processos de inversão de desvios com objetividade e oportunidade.
- ✓ Relativamente ao exercício orçamental de 2017 perspetivar as atividades a inscrever no quadro plurianual que abranja os 4 exercícios seguintes.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os orçamentos são anuais, mas a sua elaboração é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado. O Quadro plurianual de programação orçamental consta de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local.

O Quadro plurianual de programação orçamental define os limites para a despesa do Município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo Município, numa base móvel que abranja os 4 exercícios seguintes. Os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes.

De salientar que este documento deveria ter sido regulado por decreto-lei, o qual deveria ter sido publicado, sendo que até à data não é conhecida a sua publicação.

Dado que o orçamento deve ser presente à Assembleia Municipal até 31 de outubro, o horizonte temporal para a sua realização não é muito alargado, pelo que os trabalhos devem ser iniciados dentro em breve.

Admitimos que face à transição para o SNC-AP, onde a norma **NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental**, se apresenta já divulgada, possa vir a ser uma oportunidade para a melhoria crescente da prática da contabilidade orçamental.

Importa lembrar que se encontra também previsto a elaboração do **Balanço e Demonstração dos Resultados previsionais para 2017**. Estes novos documentos previsionais exigem um esforço adicional, merecendo uma definição adequada quanto aos pressupostos a assumir na sua elaboração.

- ✓ Ainda sobre a elaboração do orçamento de 2017, importa referir o disposto na Lei do Orçamento do Estado para 2016, no que concerne à inscrição de receita a título de alienação de imóveis, já que o artigo 64º do OE, impõe que a verba não pode ser superior à média aritmética simples das receitas arrecadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da elaboração do orçamento.

- ✓ Acresce o referido no artigo 56º, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à evidência de apuramento durante 2 anos consecutivos de uma taxa de execução da receita prevista no orçamento não dever ser inferior a 85%.

Este indicador mostra-se cumprido no exercício de 2014, 2015 e com boa execução no 1º semestre de 2016, para que possa também ser cumprido no final do corrente exercício.

- ✓ Com a publicação do normativo contabilístico assente no SNC-AP, através:
 - Decreto-Lei, nº 192/2015, de 11 de setembro, que apresenta o seu articulado legislativo, traduz ainda:

- ANEXO I – Estrutura concetual da informação financeira pública;

- ANEXO II – Normas de contabilidade pública, compostas por:

NCP	1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
NCP	2	Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros
NCP	3	Ativos Intangíveis
NCP	4	Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
NCP	5	Ativos Fixos Tangíveis
NCP	6	Locações
NCP	7	Custos de Empréstimos Obtidos
NCP	8	Propriedades de Investimento
NCP	9	Imparidade de Ativos
NCP	10	Inventários
NCP	11	Agricultura
NCP	12	Contratos de Construção
NCP	13	Rendimento de Transações com Contraprestação
NCP	14	Rendimento de Transações sem Contraprestação
NCP	15	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NCP	16	Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NCP	17	Acontecimentos Após a Data de Relato
NCP	18	Instrumentos Financeiros
NCP	19	Benefícios dos Empregados
NCP	20	Divulgações de Partes Relacionadas
NCP	21	Demonstrações Financeiras Separadas
NCP	22	Demonstrações Financeiras Consolidadas
NCP	23	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
NCP	24	Acordos Conjuntos
NCP	25	Relato por Segmentos
NCP	26	Contabilidade e Relato Orçamental
NCP	27	Contabilidade de Gestão

▪ Anexo III – Plano de Contas Multidimensional

- Manual de Implementação, elaborado pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (1 versão junho de 2016);
- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho - Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto – Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas,

e apesar de algumas críticas ao processo, não temos conhecimento de decisões para o não arranque dos trabalhos de transição que se impõem, de forma a dar suporte a uma correta aplicação do novo normativo contabilístico.

Neste sentido importa começar a preparação da transição para este novo paradigma, verificando-se em primeiro lugar a necessidade de formação interna de todos os que diretamente agem com o sistema contabilístico, para além da revisão das aplicações contabilística necessárias.

VIII - AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de realçar a disponibilidade dos Colaboradores, Dirigentes e Técnicos afetos à área financeira, que com empenho e reconhecido respeito, de uma forma célere e pronta nos facultaram resposta aos assuntos e acompanhamento dos procedimentos solicitados.

Por fim e ao finalizar este relatório, não queremos deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como a todos os Colaboradores dos Serviços do Município a colaboração que nos foi prestada e manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes.

Vendas Novas, 17 de agosto de 2016

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.

Representada por

Maria do Rosário Carvalho (ROC n.º 658)



